UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB

FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FE

PARTICIPAÇÃO CIDADÃ: PODER, CONQUISTA OU NEGAÇÃO? O CASO DA ESTRUTURAL/DF

TEREZINHA SANT'ANA DE OLIVEIRA COSTA

Brasília – DF

2011

TEREZINHA SANT'ANA DE OLIVEIRA COSTA

PARTICIPAÇÃO CIDADÃ: PODER, CONQUISTA OU NEGAÇÃO?

O CASO DA ESTRUTURAL/DF

Trabalho Final de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob orientação da Professora Doutora Rosângela Azevedo Corrêa.

Brasília – DF

2011

TEREZINHA SANT'ANA DE OLIVEIRA COSTA

PARTICIPAÇÃO CIDADÃ: PODER, CONQUISTA OU NEGAÇÃO? O CASO DA ESTRUTURAL/DF

Trabalho Final de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob orientação da Professora Doutora Rosângela Azevedo Corrêa.

BANCA EXAMINADORA

_____

Profa. Dra. Rosângela Azevedo Corrêa (Orientadora)
Universidade de Brasília – Faculdade de Educação

_____

Profa. Dra. Cláudia Márcia Lyra Pato
Universidade de Brasília – Faculdade de Educação

_____

Profa. Dra. Maria Lídia Bueno Fernandes
Universidade de Brasília – Faculdade de Educação

Dedico este trabalho aos meus filhos:

Leandro e Igor

Pela oportunidade de vivenciar o amor incondicional

AGRADECIMENTOS

A Deus, Pai de infinita bondade, pela força, pelo amor, por me acompanhar todos os dias de minha vida;

A meus pais Joaquim e Terezinha (*in memoriam*), pelo cuidado, amor, senso de justiça e solidariedade, por despertarem em mim o prazer de ler e estudar, nesse breve período de convívio;

A Professora Doutora Rosângela de Azevedo Corrêa, orientadora deste trabalho, pela compreensão de minhas limitações, conferindo-me apoio e autonomia, pela amizade, pela alegria, pela sua generosidade em partilhar comigo seus conhecimentos e sabedoria;

Às Professoras Doutoras Cláudia Márcia Lyra Pato e Maria Lídia Bueno Fernandes por aceitarem participar da Banca Examinadora e pelas sugestões valiosas que enriqueceram de modo significativo este trabalho;

Às minhas irmãs e irmãos, tias e primos, sobrinhas e sobrinhos, que mesmo a distância torcem pelo meu sucesso na Universidade;

A Karol e Letícia, que chegaram de mansinho e agora já fazem parte da família;

A Andréia e Adelaide, minhas amigas, companheiras dos momentos alegres e difíceis, presentes que ganhei nos bancos da Universidade;

Aos professores(as) da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília por terem me deixado mais humana, mais flexível e estar sempre aberta às incertezas deste mundo;

Aos meus colegas do curso de graduação, pela possibilidade de conviver de forma humana, fraterna e solidária com todos;

Ao Duda, pela amizade, carinho, generosidade, um exemplo de força e determinação que encontrei na Cidade Estrutural;

Aos amigos que fiz na Estrutural, Abadia, Cidinha, Deuzani, Jeruza, Vicente, Lucas, Samuel, Jacira, Carol, Érica, Helen e Tiago, pelos desejos, sonhos e utopias que comungamos por um mundo melhor;

Aos entrevistados desta pesquisa, moradores da Estrutural e do Núcleo Rural Monjolo, pela disponibilidade, pela alegria do encontro, pela generosidade em dividir comigo seus conhecimentos;

A todos aqueles que, de alguma forma contribuíram para realização deste trabalho.

"O Homem não teceu a rede da vida,
ele é só um dos seus fios.
Aquilo que ele fizer à rede da vida,
ele o faz a si próprio."

Chefe Seattle

RESUMO

Em fevereiro de 2006, o governo do Distrito Federal, preocupado com a qualidade dos recursos hídricos da região do Distrito Federal, deu iniciou aos projetos integrantes do Programa Brasília Sustentável, com o objetivo de garantir a qualidade dos recursos hídricos do Distrito Federal, de melhorar as condições de vida da população e a gestão sustentável do território. Este programa é constituído de quatro componentes, um deles é o de inclusão social, que é subdividido em dois sub-componentes: O Projeto de Intervenção da Vila Estrutural (PIVE) e o Projeto de apoio aos catadores do Aterro do Jóquei Clube. O PIVE tinha como foco o desenvolvimento sustentável da Estrutural, que seria alcançado com ações de urbanização da área e de seu entorno, melhoria da qualidade de habitações, saneamento ambiental, gestão territorial e de recursos hídricos, além do fortalecimento institucional dos gestores locais, acrescentando ações voltadas para a inclusão social dos moradores. Uma das propostas contidas no Brasília Sustentável é a educação ambiental para a população. Desta forma, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar a proposta de Educação Ambiental (EA) do programa para compreender se a mesma promoveu a participação cidadã na resolução dos conflitos socioambientais na cidade Estrutural. A pesquisa, de abordagem qualitativa, foi realizada na Cidade Estrutural/DF. Para atingir o propósito foram coletadas informações por meio de entrevistas com 42 moradores da cidade. Os resultados desta pesquisa indicam que não foi implantado o programa de EA; que a participação nas reuniões do PIVE se deu no nível informativo, que a maior parte dos entrevistados não participou das reuniões do PIVE, exceção feita aos militantes de alguns movimentos sociais da cidade que nem puderam dar sugestões e que o Estado tem dificuldade em cumprir com os objetivos do Programa da Brasília Sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: Brasília Sustentável; PIVE; Cidade Estrutural; Participação, Cidadania.

ABSTRACT

In February 2006, the Federal District government, concerned about the quality of water resources of the Federal District initiated the project of the Sustainable Brasilia Program, in order to ensure the quality of water resources of the Federal District, improve the conditions of people's life and sustainable land management. This project consists of four components, one of these is social inclusion, which is subdivided into two sub-components: The Structural Village Intervention Project (PIVE) and the Project to support the Jockey Club landfill scavengers. The PIVE was focused on the sustainable development of Structural, which would be achieved by actions of urbanization the area and surroundings, improve the quality of habitations, environmental sanitation, land management and water resources, besides institutional strengthening of local managers, adding actions aimed for social inclusion for the residents. One of PIVE proposals is environmental education for the population. Therefore, this study aims analyzing the PIVE Environmental Education (EA) proposal, to understand if this one promoted citizen participation in resolving environmental conflicts in the city Structural. The research, of qualitative approach, was held in the City Structural / DF. To achieve the aim was collected information through interviews with 42 residents of the city. The research results indicate that the program EA was not implemented ; the participation in the meetings of PIVE took on the informational level, the majority of respondents did not participate of the meetings of PIVE, except for a few militant social movements of the city that couldn't give suggestions and the State has difficulty to comply the objectives of the Sustainable Brasilia Program.

KEYWORDS: Sustainable Brasilia; PIVE, Structural City; Participation.

LISTA DE SIGLAS

Adasa	Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal
ADS	Agência de Desenvolvimento Social
APA	Área de Proteção Ambiental
Aproviles	Associação Pró-criação da Vila Operária da Baixa Estrutural
ARIE	Área de Relevante Interesse Ecológico
APP	Área de Preservação Permanente
Ascove	Associação Comunitária da Vila Velha Estrutural
Asmoes	Associação dos Moradores da Estrutural
Belacap	Serviço de Ajardinamento e limpeza urbana de Brasília
Bird	Banco Mundial
Caesb	Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal
CDS	Centro de Desenvolvimento Sustentável
Cobrape	Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos
Codeplan	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
Conae	Conferência Nacional de Educação
Confintea	Conferência Internacional de Jovens e Adultos
Cras	Centros de Referência da Assistência Social
Ctard	Comunidade de Trabalho/Aprendizagem em rede na Diversidade
DS	Desenvolvimento Sustentável
DF	Distrito Federal
EA	Educação Ambiental
EJA	Educação de Jovens e Adulto
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EPCL	Estrada Parque Ceilândia
FGTS	Fundo de Garantia de Tempo de Serviço
Flona	Floresta Nacional
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Ibram	Instituto Brasília Ambiental
Ibram	Instituto Brasileiro de Museus
Idhab	Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (IDHAB)
Mece	Movimento de Educação e Cultura da Estrutural
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
Pdad	Programa Distrital por Amostra de Domicílios
PIVE	Projeto de Intervenção da Vila Estrutural
PNB	Parque Nacional de Brasília
PSD	Partido Socialista Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
Rima	Relatório de Impacto Ambiental
Scia	Setor Complementar de Indústria e Abastecimento
CDS	Centro de Desenvolvimento Sustentável
Seduh	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do DF
Seduma	Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente

Semarth	Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SLU	Serviço de Limpeza Urbana
Snuc	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UCs	Unidades de Conservação
UnB	Universidade de Brasília
Unesco	Organização para a Educação, Ciência e Cultura
Unesp	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
USP	Universidade de São Paulo
ZEE	Zoneamento ecológico-econômico
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social
ZHISP	Zona Habitacional de Interesse Social e Público

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... 13
PARTE I – MEMORIAL 14
PARTE II – PARTICIPAÇÃO CIDADÃ: PODER, CONQUISTA OU NEGAÇÃO? O CASO DA ESTRUTURAL/DF 23
INTRODUÇÃO..... 23
1 REFERENCIAL TEÓRICO 25
1.1 O que é participação? 25
1.2 Obstáculos à participação 27
1.3 A participação na EA 28
1.4 Participação cidadã 30

2 METODOLOGIA 32
2.1 I Estratégias metodológicas 32
2.2 Sujeitos participantes 33
2.3 Instrumentos 34
2.4 Procedimentos..... 35
2.5 Construção do Trabalho de Campo..... 36
2.6 Procedimentos de análise de dados..... 37

3 A ESTRUTURAL NO CONTEXTO DO TRABALHO..... 38
3.1 Luta por moradia..... 41
3.2 Conflitos socioambientais 46

4 BRASÍLIA SUSTENTÁVEL 48
4.1 Projeto de Intervenção da Vila Estrutural – PIVE..... 50
4.2 Programa de educação sanitária e ambiental..... 52
4.2.1 Subprograma de qualificação de agentes ambientais para preservação do PNB..... 52
4.2.2 Subprograma de mobilização e educação sanitária para o sistema condominial de esgotos 52
4.2.3 Sub-programa de capacitação de catadores para valorização da coleta seletiva..... 53

5 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS 54
5.1 Percepção a respeito dos problemas socioambientais 54
5.2 Participação no PIVE 58
5.3 Percepção a respeito do meio ambiente..... 66

CONSIDERAÇÕES FINAIS 70

REFERÊNCIAS 72

PARTE III – PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS 76

ANEXOS 77

APÊNDICES 81

APRESENTAÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem o propósito de apresentar uma reflexão e, ao mesmo tempo, uma pesquisa de um estudo de caso e busca sintetizar os quatro anos de estudos no curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB). Insere-se no contexto do Projeto V do curso de Pedagogia e tem caráter obrigatório, com apresentação pública, como requisito para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.

Este trabalho é composto de três partes, que estão articuladas e se complementam, sendo a primeira constituída de um Memorial, no qual sintetizei minha trajetória de vida escolar e acadêmica e os processos que me impeliram ou impulsionaram na busca de uma formação docente.

Na segunda parte, apresento uma pesquisa de campo intitulada: Participação Cidadã: poder, conquista ou negação? O caso da Estrutural/DF, que tem como objetivo analisar a proposta de Educação Ambiental (EA) do Programa Brasília Sustentável para compreender se a mesma promoveu a participação cidadã na resolução dos conflitos socioambientais na cidade Estrutural.

A metodologia utilizada é a da pesquisa qualitativa, a partir de um estudo de caso, no qual utilizo como instrumentos de construção de dados: entrevistas estruturadas com moradores da Cidade Estrutural/DF e do Núcleo Rural Monjolo/DF. Fazem parte da construção desses dados documentos do Programa Brasília Sustentável, PIVE, EIA/Rima, Estatuto da Cidade e Licença de Instalação n°. 008/2007, para regularização de parcelamento de solo para fins urbanos da Vila Estrutural – Região Administrativa do Scia – RA XXV.

Na terceira parte, apresento as perspectivas profissionais, que correspondem aos meus projetos de vida em relação às minhas pretensões profissionais e minha realização pessoal.

PARTE I

MEMORIAL

> Contar é muito dificultoso. Não pelos anos que se já passaram. Mas pela astúcia que tem certas coisas passadas - de fazer balancê, de se remexerem dos lugares. É o compadre Quelemém de Góis que lhe socorre em suas dúvidas, mas não de forma satisfatória, daí a sua necessidade de narrar.
>
> Guimarães Rosa

Minha família

Contar é muito dificultoso, como dizia Guimarães Rosa, mas vamos lá, talvez nesta primeira tentativa de contar falte algum detalhe, mas tenho esperança que estas lembranças me cheguem de maneira tranqüila.

Meu nome é Terezinha, nasci no dia 23 de setembro de 1955, em Pouso Alto, no Estado de Minas Gerais, em Pouso Alto, uma pequena cidade perto de São Lourenço, a conhecida cidade turística do circuito das Águas de Minas Gerais. Meus pais são de origem rural e deles adquiri o hábito de falar diferente. Fato descoberto pelo meu filho Igor em sua trajetória escolar. Trocava o “l” pelo “r”, falava “pranta” ao invés de “planta”. No entanto, era só a fala, pois escrevia a palavra corretamente. Após algumas terapias com uma amiga que era fonoaudióloga, descobri como falar de maneira correta. No entanto, somente consegui me libertar deste “falar diferente” com a Prof[a]. Vera de Freitas da Faculdade de Educação da UnB, em 2008, quando ela em suas aulas me disse que deveria estar monitorando minha fala.

Sou a terceira filha de nove irmãos que tive (quatro mulheres e cinco homens) de meus pais Terezinha e Joaquim, sendo que dois morreram ainda crianças. O fato de ser a terceira filha me traz angústias, pois meu pai deixou bem claro que desejava filhos homens, portanto, num primeiro momento acho que não fui muito bem recebida por ele. Coincidência ou não, o nosso relacionamento foi extremamente difícil, principalmente na minha adolescência, pois sempre fui muito contestadora e nesta fase aflorou ainda mais este “meu lado”. Meu pai tinha idéias conservadoras e nos tratava de forma autoritária. Anos depois acabei por entendê-lo. Ele nasceu em 1929, tinha dois irmãos mais novos e minha avó não era casada. Talvez tenha sofrido preconceito pelo fato de sua mãe ser solteira com três filhos.

Mudamos para a cidade de São Lourenço - MG em 1958 e meu pai começou a viajar, pois trabalhava como motorista. No início trabalhava como empregado e depois passou a ser

dono de seu próprio negócio. Fui cuidada e educada por minha mãe, que tinha arraigado no seu interior este lado cuidador, de dar, dar e dar, somente isto.

No período de minha infância, tivemos muitas dificuldades financeiras, tanto que minha mãe trabalhou por muito tempo como lavadeira e passadeira. O objetivo de meus pais era que apenas estudássemos e foi o que fizemos até a 8ª. série. Minha irmã mais velha, após terminar esta fase de estudos, começou a trabalhar em uma pequena fábrica na confecção de embalagens para balas e bombons. Meu irmão mais novo que eu, trabalhava como aprendiz no Parque de Águas Minerais.

Meus pais davam um valor extremo aos estudos, meu pai, principalmente, acreditava que só se poderia "vencer na vida" estudando. Assim, minha mãe, no início de cada período letivo, comprava todo material escolar para os filhos com o fruto de seu trabalho.

Início do processo de escolarização

Tentar lembrar como ocorreu minha alfabetização, minhas dificuldades e minhas descobertas é um processo difícil, pois as lembranças teimam em não aparecer em minha memória...

Lembro vagamente deste período, o que está mais vivo em minhas lembranças é minha primeira professora, pois a tendência é não esquecermos nunca dessa pessoa especial que nos abriu para conhecer o maravilhoso mundo das palavras. Achava minha professora muito bonita, era alta, loira e se chamava Gelda. Lembro também muito da professora da terceira série, seu nome era Jane, talvez por ter nos deixado antes do final do ano letivo, uma vez que ficou doente, o que foi muito comentado à época.

Lembro muito, também, das aulas de artes. Isto já na sexta série. Um descanso de panelas, pintado com ajuda da professora. A forma de bolo, de alumínio, ainda se encontra na cozinha de minha mãe. Dessa época, tenho lembranças agradáveis da professora Margarida, uma linda moça, professora de Língua Portuguesa, e também, do Prof. Paulo, de História. Aprendi muito com ele, embora fosse muito rigoroso. Lembro que meus irmãos repetiram o ano com ele. No entanto eu consegui tirar dez em uma das provas, fato raro na escola. Então, o que ele me disse eu nunca esqueci: "não te dou parabéns, pois é uma obrigação do aluno ir bem nas provas". Mesmo assim foi um acontecimento muito importante para mim.

Lembro muito também da minha dedicação, a minha mania de acordar às 5:00 horas para dar uma revisada nas matérias antes de ir para a escola. Fui uma aluna muito estudiosa, gostava muito da escola, ela me deu momentos muito prazerosos. Talvez pela

mágica de viver momentos diferentes, viajar para um mundo no qual desconhecia, pois o real vivido era apenas a rua, o local em que morava, que me traz muitas lembranças, onde brinquei muito com meus colegas.

Outros lugares, outros ares

Numa vida de extremas dificuldades, mudanças são necessárias. Os filhos precisavam ir para o mercado de trabalho. Com base nestas condições, mudamos de cidade no ano de 1973, para Jacareí, no Estado de São Paulo. Ela era localizada no eixo Rio-São Paulo e para o nosso caso consideramos a possibilidade de esperança de dias melhores. Ali passei minha adolescência.

Em Jacareí, meus irmãos começaram a trabalhar: uma no escritório de uma fábrica de móveis, outra confeccionando agasalhos em máquina de fazer tricô e meu irmão como cobrador em ônibus urbanos da cidade. Neste período, procurei muito por trabalho, mas tive dificuldades, pois não tinha nenhuma experiência. Comecei a trabalhar aos 20 anos de idade, em outubro de 1975, num escritório de uma loja de material elétrico da cidade.

Minhas amizades, nesta época, eram meus colegas da igreja, participei muito de grupos de jovens na igreja católica. Foi ali que desenvolvi minha criticidade, sonhava com um mundo sem fome, com oportunidade para todos, muito influenciada pelo movimento da teologia da libertação. Neste período, li muitos livros de Frei Beto, Leonardo Boff, entre outros. Não fui namoradeira, nesta fase tive apenas um namorado.

Tinha um grupo de discussão com os amigos na Igreja Católica. Decidimos que teríamos de mudar nosso modo de atuar na sociedade, queríamos mudanças e a igreja não ajudava nada neste sentido. Partimos para a atuação política partidária. Estudamos os programas de todos os partidos políticos da época e optamos pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Considero que a nossa atuação, minha e de meus amigos, no PT levou a cidade de Jacareí a mudanças extremamente significativas. O PT está governando a cidade há 12 anos e os prefeitos foram pessoas vindas desse grupo que iniciamos na minha juventude. Como era jovem, extremamente contestadora, participei de muitas atividades radicais nesta época. Atuei muito em eleições, tive um trabalho muito significativo na luta pela constituinte (construção da Constituição Federal de 1988), chegava a driblar o padre e fazer campanha política dentro da igreja.

Formação escolar

Em 1974 iniciei o curso de Técnico em Contabilidade, freqüentava as aulas no período noturno. Minha opção por este curso foi, além da conclusão do curso de nível médio, pela necessidade de me preparar melhor para o mundo do trabalho, pois não tinha nenhuma experiência profissional. Neste sentido, sua importância foi o aprendizado a respeito do funcionamento geral de uma empresa, a organização da produção dentro da sociedade, além da distribuição e do consumo de bens e serviços.

Em 1977 ingressei no curso superior. O curso escolhido foi Ciências Econômicas, da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, uma faculdade particular situada em São José dos Campos, que ficava a 15 km de Jacareí. Não tive opções, queria estudar e nestas cidades não havia universidades públicas, então, a alternativa encontrada foi o ensino privado. Este curso não me deu oportunidades de melhorar profissionalmente, era um curso muito teórico e sem utilidade. Quando estava no 3º ano da Faculdade, no final do ano de 1976, um professor conversando com a classe falou que aquele curso serviria apenas para abrir portas para fazermos concursos de nível superior. Fiquei decepcionada e pensei em desistir do curso, o que não fiz pelo fato de faltar apenas mais um ano para o término do mesmo.

O mundo do trabalho

Em dezembro de 1976 fiz concurso para a função de auxiliar administrativo para a Faculdade de Odontologia de São José dos Campos e fui classificada em 2º lugar. No dia 02 de fevereiro de 1977 fui convocada para assumir a função para a qual havia sido aprovada. Exerci esta função na área administrativa da Faculdade. Em agosto desse ano fui transferida para o Departamento de Morfologia, onde são ministradas as Disciplinas de Anatomia e de Histologia e Embriologia, ali fui secretária até 1992. Em 1993 fui transferida para o Departamento de Patologia. Em 1994, sou transferida para o Departamento de Odontologia Restauradora, a princípio como auxiliar de secretária, depois de um ano, houve vacância deste cargo e fui indicada para exercer esta função no Departamento. Ali fiz grandes amizades. Em 1999, na eleição para direção da Faculdade, uma das professoras deste Departamento foi eleita e fui convidada por ela para ser sua secretária na Diretoria. No final de sua gestão, em 2003, decidi me aposentar, pois as mudanças que estavam ocorrendo em relação à seguridade social apontavam para uma quantidade maior de anos de trabalho para a aposentadoria. Nesta época meu desejo era voltar a estudar, mas ainda não estava claro o que fazer.

Casamento, filhos e mudança para Brasília

No período do processo de discussão da Constituinte, em 1986, conheci Luis, que morava em São José dos Campos e que veio a ser meu marido por 22 anos. Minha vida de casada foi muito conflituosa e nos separamos em dezembro de 2008. Meu ex-marido era dirigente sindical, vivíamos inseguros financeiramente, pois na época podíamos contar somente com meu salário. Ele vivia sem trabalho por sua atuação política em sindicatos. Para mudar esta situação ele resolveu estudar, passou no vestibular na Unesp, em 1993, para o curso de Direito na cidade de Franca – SP, distante de 500 km de São José dos Campos, cidade onde vivíamos. De 1993 a 1997, Luis ficou em Franca estudando e eu fiquei com meus filhos, Leandro e Igor, que tinham 6 e 4 anos de idade, respectivamente, em São José dos Campos. De 1997 a 2003 Luis trabalhou em escritório próprio de Advocacia como advogado do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de São José dos Campos.

No final do ano de 2003, ele passou em um concurso do Ministério da Educação e assim mudamos para Brasília, no dia 05 de abril de 2004. A adaptação foi um pouco difícil. O Igor teve muitas dificuldades em aceitar a nova cidade. Mas aos poucos tanto o Leandro quanto o Igor foram fazendo amigos e logo se sentiram brasilienses. Minha adaptação à cidade também não foi fácil. Os ritmos eram outros, estava acostumada a trabalhar e a vida de dona de casa era estressante, além de estar distante de familiares e amigos.

Eu e o Luis sempre gostamos de estudar e a trajetória de minha vida foi marcada por um grande envolvimento com o ambiente universitário. Desta forma, como pais, resolvemos que deveríamos dar oportunidade para que nossos filhos freqüentassem uma universidade de boa qualidade sem que precisassem trabalhar neste período de formação. Assim, atualmente, meus filhos, Leandro, com 24 anos estuda Direito na Universidade Federal Fluminense, em Niterói – RJ e o Igor, com 22 anos, estuda Computação na Universidade de Brasília, em Brasília – DF.

Curso de Pedagogia, Faculdade de Educação – UnB

No segundo semestre de 2007, resolvi prestar vestibular, pois não me adaptava apenas a vida de dona de casa. A opção pelo curso de Pedagogia foi por ter trabalhado muito tempo na área de educação, conhecer a dinâmica de vida de um professor, pois trabalhei 25 anos com os mesmos e por ter freqüentado muito as escolas que meus filhos estudaram.

Em princípio não tinha muitas expectativas em relação ao curso. Na Faculdade de Educação descobri que a Pedagogia é um curso muito diferente daquele que passa no imaginário da população. Talvez a representação social desqualificada do curso de Pedagogia tenha sido construída a partir do fato de o educador ser um profissional não valorizado. Infelizmente, a educação no Brasil nunca foi tratada de forma decente.

No curso de Pedagogia – UnB, no 1º semestre do curso, 2007, freqüentei as disciplinas Antropologia e Educação, Oficina vivencial, Investigação Filosófica na Educação, Projeto 1 – Orientação Acadêmica Integral e Perspectivas do Desenvolvimento Humano. Neste semestre, numa atividade da disciplina de Antropologia e Educação, ministrado pela Profa. Dra. Rosângela de Azevedo Corrêa, tive pela primeira vez contato com a cidade Estrutural/DF, numa visita de campo ao Aterro Controlado do Jóquei Clube. Nesta disciplina tive muitas descobertas, talvez, a principal tenha sido o desenvolvimento do sentimento de compaixão para com o outro.

No 2º semestre, em 2008, as disciplinas cursadas foram Psicologia da Educação, História da Educação, O Educando com Necessidades Educacionais Especiais, Pesquisa em Educação I, Organização da Educação Brasileira, Projeto 2 – Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão (GEPE) e Pensamento Negro Contemporâneo.

No Projeto 2, desenvolvemos um trabalho a partir de entrevistas com professores de Projeto 3, que seria posteriormente apresentado na forma de seminário, com vistas a identificar todos os projetos desenvolvidos na Faculdade. Uma das professoras entrevistadas pelo nosso grupo foi a Profª. Vera Catalão, responsável pelo projeto "Água como matriz ecopedagógica" da área de Educação Ambiental e Ecologia Humana.

Durante a elaboração do seminário que teríamos de apresentar e no decorrer da pesquisas, defrontei-me com um texto que mudou radicalmente minha forma de pensar o meio ambiente. Este texto é o Discurso feito pelo Chefe Seattle ao Presidente Franklin Pierce em 1854.

> [....]
>
> Deves ensinar a teus filhos que o chão debaixo de seus pés são as cinzas de nossos antepassados; para que tenham respeito ao país, conta a teus filhos que a riqueza da terra são as vidas da parentela nossa. Ensina a teus filhos o que temos ensinado aos nossos: que a terra é nossa mãe. Tudo quanto fere a terra - fere os filhos da terra. Se os homens cospem no chão, cospem sobre eles próprios.
>
> De uma coisa sabemos. A terra não pertence, ao homem: é o homem que pertence à terra, disso temos certeza. Todas as coisas estão interligadas, como o sangue que une uma família. Tudo está relacionado entre si. Tudo quanto agride a terra, agride os filhos da terra. Não foi o homem quem teceu a trama da vida: ele é meramente um fio da mesma. Tudo o que ele fizer à trama, a si próprio fará.
>
> [....]

Ainda neste trabalho, tive contato com o livro “A água como matriz ecopedagógica” e a partir das leituras realizadas descobri que gostaria de estar aprofundando este tema no meu percurso escolar.

No 3º semestre, em 2008, freqüentei as disciplinas Fundamentos de Educação Ambiental, Ensino e Aprendizagem da Língua Materna, Ensino de Ciência e Tecnologia, Inconsciente e Educação, Aprendizagem e Desenvolvimento do PNEE. Nas aulas de Fundamentos de Educação Ambiental, ministrada pela Profa. Dra. Rosângela de Azevedo Corrêa, o contato com textos de Leonardo Boff, Fritjof Capra, Moacir Gadotti, fizeram de mim outra pessoa, comecei a amar o cerrado.

No 4º semestre, em 2009, as disciplinas cursadas foram: Orientação Educacional, Educação de Adultos, Didática Fundamental, Educação Matemática e Projeto 3 – Fase 1, “Educação de Jovens e Adultos/Movimentos sociais e Redes sociais/Portal Fóruns EJA Brasil/DF/ Comunidade de Trabalho e Aprendizagem em Rede na Diversidade - CTARD”, sob a responsabilidade da Prof. Maria Luiza Pereira Angelim. Esta experiência foi extremamente importante para mim, pois entrei em contato com as idéias de Paulo Freire, um homem à frente de seu tempo, com idéias inovadoras para a época que vivia. Percebi na EJA a necessidade de inclusão social e reparação de uma dívida histórica para com a classe trabalhadora, pois esta modalidade de ensino sempre foi considerada de segunda categoria.

Na experiência com este projeto tive oportunidade de aprender a filmar, editar vídeos e postá-los na página do Portal dos Fóruns de EJA do Brasil. Além disso, a oportunidade de participar de grandes eventos como a Conferência Internacional de Jovens e Adultos (Confintea) e da Conferência Nacional de Educação (Conae), além dos registros em áudio visual das aulas do Curso de Especialização em EJA da UnB foram determinantes para um aprimoramento profissional.

No 5º semestre, em 2009, as disciplinas cursadas foram: Sociologia da Educação, Processo de Alfabetização, Educação a Distância, Administração das Organizações Educativas e Projeto 3 - Fase 2 “Educação de Jovens e Adultos/Movimentos sociais e Redes sociais/Portal Fóruns EJA Brasil/DF/ Comunidade de Trabalho e Aprendizagem em Rede na Diversidade-Ctard”. Neste semestre tive a oportunidade de conhecer os grandes teóricos da educação na disciplina de Sociologia da Educação e as primeiras noções do que é uma criança diante da magia de ler e escrever. Neste semestre encerraria minha participação no projeto3, pois a fase 3 é optativa. No entanto, tive conhecimento que seria oferecido projeto 3 na área de educação ambiental no semestre seguinte, assim optei por realizar mais uma fase do projeto 3, tendo em vista meu interesse pela área.

No 6º semestre, em 2010, cursei as disciplinas: História da Educação Brasileira, Educação em Geografia, Educação e Trabalho, Educação do Campo, Políticas Públicas na Educação e Projeto 3 – Fase 3 “Representações Sociais, Meio Ambiente e Currículo”, ministrada pela Profa. Dra. Ana Tereza R. da Silva. Aqui destaco o estudo do meio na disciplina de Educação em Geografia, uma prática que leva a um aprendizado significativo. Com esta prática, conheci, de forma bem dinâmica, a cidade de Ceilândia, por meio da história oral, pesquisas e visita à cidade. Nas disciplinas de Educação e Trabalho e Educação do Campo me deparei com as contradições da sociedade e do sistema capitalista que vivenciamos. Estudar Marx, nestas disciplinas, foi importante para entender estas contradições.

No 7º semestre, em 2010, as disciplinas cursadas foram: Ensino de História, Identidade e Cidadania, Educação/Gestão Ambiental, Projeto 4 – Projetos Individualizados de Prática Docência – Fase 1 “Psicologia e Educação”, sob coordenação da Profa.Dra. Teresa Cristina S. Cerqueira, Orientação Vocacional Profissional e Psicologia Social na Educação. A disciplina de Educação/Gestão ambiental, ministrada pela Prof. Dra. Rosângela de Azevedo Corrêa, me deu oportunidade para entender a Educação Ambiental Crítica, que é um processo educativo eminentemente político, que se pauta por método dialógico, problematizador, participativo e comprometido com mudanças estruturais na sociedade. O Projeto 4 – Fase 1 foi realizado na Área de Psicologia e Educação pois a Educação Ambiental, área de meu interesse, não estava oferecendo este projeto no semestre em curso. Este estágio foi realizado na Escola Classe 206 Sul do Plano Piloto, junto aos alunos do 5º ano. Foi uma experiência muito traumática. A professora da turma era substituta, não tinha domínio da sala e nem uma didática motivadora, em conseqüência os alunos eram indisciplinados e desmotivados.

No 8º semestre, em 2011, as disciplinas cursadas foram: Introdução ao Desenvolvimento Sustentável, ministrada no Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), Avaliação das Organizações Educativas, Projeto 4 - Projetos Individualizados de Prática Docência – Fase 2 “Educação Ambiental e Ecologia Humana”, coordenado pela Profa. Dra. Rosângela de Azevedo Corrêa e Seminários. Neste semestre, decidi aprofundar os conceitos de sustentabilidade, desta forma, me matriculei na disciplina de Introdução ao Desenvolvimento Sustentável no CDS da UnB. Foi uma experiência muito rica. Como ela é ministrada como módulo livre, tive oportunidade de estudar com colegas de diversos cursos da universidade. Além disso, é uma disciplina que nos dá visão da sustentabilidade de forma interdisciplinar.

Com relação ao Projeto 4 fase 2, realizei o estágio na Escola Classe 2 da cidade Estrutural. Estar com crianças de classe popular me deu oportunidade de ver estas crianças como detentoras do direito de não estar apenas matriculada numa escola, mas de aprender, de ter acesso ao conhecimento acumulado pela humanidade. Assim, o trabalho que desenvolvi com elas foi muito prazeroso, pois vi a importância de se comprometer com o aprendizado destas crianças.

O trabalho foi desenvolvido com proposta baseada no Projeto ABCerrado, idealizado pelo Prof. Paulo Flávio Pereira da Secretaria de Educação do Distrito Federal. O professor Paulo, desde a década de 90 do século passado trabalha na coleta de materiais no ambiente do cerrado demonstrando desta forma a potencialidade deste bioma, tendo catalogado espécies da fauna e flora para estudo. A proposta do professor é a alfabetização de crianças a partir de seu contexto social, físico, cultural. As atividades de leitura, interpretação e escrita de textos se associam ao tema do cerrado por meio de poesias, música, desenho, jogos. Paralelamente ao Abcerrado surgiu a Matomática, também proposto pelo referido professor, que é a matemática do mato e o objetivo é o ensino dos números de forma divertida e experimental. Neste projeto são utilizados as folhas com seus folíolos das plantas do cerrado para realizar as operações matemáticas.

No desenvolvimento do trabalho com os alunos foram utilizados textos, jogos, fotografia, filmes, desenhos com os elementos da fauna e flora do cerrado. Além destes materiais, frutas, flores, folhas das plantas do cerrado eram levados para a sala de aula. Trabalhei de forma que os alunos tivessem uma aprendizagem significativa, sempre partia do conhecimento que o aluno sabia a respeito do assunto, mas muitas vezes o cerrado era desconhecido para eles.

Foi um trabalho muito expressivo. Os alunos sempre se lembram do que foi discutido na sala de aula. Esta constatação se dá no decorrer no meu dia-a-dia na Estrutural, no encontro com alunos e famílias nas ruas da cidade. Além da alegria do encontro fico feliz com os comentários que fazem aos pais, dizendo que aprenderam sobre o cerrado.

PARTE II

PARTICIPAÇÃO CIDADÃ: PODER, CONQUISTA OU NEGAÇÃO? O CASO DA ESTRUTURAL/DF

INTRODUÇÃO

Este estudo se constitui numa oportunidade de refletir sobre a participação cidadã em processos de Educação Ambiental (EA). A participação da sociedade no enfrentamento das desigualdades sociais é vista como forma de emancipação e exercício da cidadania ativa. Demo (1986, p. 25) afirma que ”o processo participativo é uma aventura histórica”, desta forma examinaremos como o processo participativo foi se articulando e se constituindo no movimento ambientalista e na constituição da EA.

A discussão a respeito da questão ambiental surge a partir da década de 70 do século passado. A necessidade de colocá-la na pauta de uma agenda internacional deveu-se à urgência de rever o modelo de crescimento econômico e o uso indiscriminado dos recursos naturais. O mundo começava a viver uma crise, considerada civilizatória e resultado do paradigma mecanicista, que teve seus contornos esboçados no Renascimento e na Revolução científica, no século XVII, mas que ainda domina o pensamento no mundo atual.

O debate sobre EA vem acontecendo paralelamente às reflexões sobre a crise ambiental. Ela foi se constituindo junto aos grandes eventos realizados pela Organização para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) para discutir esta crise.

A conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em 1972, em Estocolmo, Suécia, discute a necessidade de inserção do tema nas discussões internacionais. A partir desta data uma série de eventos é realizada para delinear a EA como uma das estratégias para o enfrentamento desta crise.

A necessidade de “participação” de grupos sociais e indivíduos nas tarefas que têm por objetivo resolver os problemas ambientais foi uma das recomendações da 1ª Conferência Intergovernamental Sobre Educação Ambiental, realizada em Tbilisi - Geórgia, em 1977, para a EA.

No Brasil, a partir dos anos 90 do século passado, pesquisadores mais identificados com a questão socioambiental acreditavam que não bastava lutar por mudanças que apenas alterava a cultura da relação entre ser humano e natureza, eram necessárias alterações nas

estruturas sociais (LAYRARGUES; LIMA, 2011). A participação da sociedade no enfrentamento dos problemas socioambientais é considerada uma das alternativas para a redução das desigualdades sociais.

O Distrito Federal (DF) vive um processo de urbanização desenfreado, assim condomínios e assentamentos irregulares vêm se constituído desordenadamente e afetando os recursos hídricos da região, seja pelo desmatamento, seja pelo despejo de efluentes de esgoto em rios e córregos. Desta forma, além da contaminação das águas superficiais, a ocupação em áreas dos aqüíferos e o uso descontrolado das águas subterrâneas prejudicam sua vazão e acaba comprometendo a qualidade das águas do DF (DF, 2005).

Em fevereiro de 2006, o governo do DF, preocupado com esta situação, deu início ao desenvolvimento dos projetos integrantes do Programa Brasília Sustentável, que foi preparado com a participação do Banco Mundial (Bird). Este programa é constituído de quatro componentes, um deles é o de inclusão social, que é subdividido em dois sub-componentes: O Projeto de Intervenção da Vila Estrutural (PIVE) e o Projeto de apoio aos catadores do Aterro do Jóquei Clube.

O PIVE é um projeto de intervenção na Vila Estrutural que tem como objetivo a regularização fundiária da cidade Estrutural englobando os aspectos urbanísticos, ambientais, socioeconômicos e jurídico-legais.

Uma das propostas contidas no Programa Brasília Sustentável é a mobilização da população por meio de projetos de educação ambiental. Desta forma, o presente trabalho tem como objetivo geral analisar se a proposta de EA deste Programa promoveu a participação cidadã na resolução dos conflitos ambientais na cidade Estrutural. Com os objetivos específicos, pretende-se: compreender a percepção dos moradores da cidade Estrutural sobre os problemas socioambientais locais; averiguar se os moradores tinham conhecimento sobre o PIVE; compreender se os moradores tiveram participação na implantação do PIVE; analisar se as pessoas tiveram vontade de participar e se houve instâncias que permitissem sua participação e saber em que a população poderia colaborar para melhorar o meio ambiente local.

Tendo em vista estes objetivos, o presente trabalho tentará responder as seguintes questões:

Como se deram os processos participativos da população da Estrutural durante o desenvolvimento do PIVE?

A proposta de EA constante no Programa Brasília Sustentável permitiu a participação da população da Estrutural?

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Desde a década de 90 do século passado, assistimos a uma generalização do discurso sobre participação. É uma palavra constantemente encontrada nas falas de movimentos sociais, de Organizações Não Governamentais (ONGs), de governos, partidos políticos, de agências bilaterais e multilaterais de cooperação.

1.1 O que é participação?

De acordo com a etimologia da palavra, participação significa: fazer parte, tomar parte e ter parte. Bordenave (1994) entende que estas expressões não têm o mesmo significado, pois alguém pode fazer parte de um grupo, sem tomar parte das reuniões; fazer parte da uma população, sem necessariamente, tomar parte nas decisões que lhes afeta, finalmente, fazer parte de uma empresa sem ter parte alguma na sociedade. Assim, a expressão "tomar parte" significa que a participação se dá de forma mais ativa, o cidadão nesta condição é mais engajado num processo participativo, sente-se parte dele, e que as demais remetem a uma condição de passividade.

O indivíduo é um ser social, vive em sociedade agregando-se a grupos sociais que podem ser: primários (família, amigos, vizinhança); secundários (associações profissionais, sindicatos) e terciários (partidos políticos, movimentos de classe.

Segundo o autor, a partir do significado de grupos sociais podemos falar em processos de micro e macroparticipação. A microparticipação social é a associação de duas ou mais pessoas numa atividade comum, podendo ou não tirar benefícios pessoais e imediatos, enquanto a macroparticipação compreende a intervenção das pessoas nos processos de constituição ou modificação social, quer dizer, "na história da sociedade" (*Ibid*, p. 24). Neste processo, o indivíduo estará intervindo nas lutas sociais, econômicas e políticas de seu tempo. Assim, Bordenave (1994) conceitua a participação social ou participação em nível macro como o "processo mediante o qual as diversas camadas sociais têm parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma sociedade historicamente determinada". Estes dois processos se complementam, tendo em vista que a participação na família, na escola, no trabalho, no esporte, na comunidade (nível micro) constituiria um aprendizado para a macroparticipação.

Para compreendermos como se dá a participação, o autor classifica os tipos de participação da seguinte maneira: 1- de fato, aquela que se dá no seio da família, nas tarefas

de subsistência. É um tipo de participação a qual os seres humanos estão sujeitos a partir do momento em que se vive em sociedade; 2- espontânea, aquela que acontece em pequenos grupos, por livre opção, sem uma organização estável ou propósitos claros e definidos; 3- imposta, ocorre nas situações em que o indivíduo é levado ou mesmo obrigado a participar, seja por códigos morais de determinados grupos, seja por legislação específica que define a obrigação de participar; 4- voluntária, é aquela que surge de uma proposta própria, definida pelos membros de um grupo que estabelecem a forma de organização, objetivos e métodos de trabalho; 5- o provocada, é aquela que surge por iniciativa de agentes externos (típicos em propostas de participação dirigida e manipulada, na qual quem propõe "usa" outros para atingir seus próprios objetivos anteriormente estabelecidos); 6- concedida, onde a participação é dada ou outorgada por superiores, passando a ser considerada como legítima por todos. Esta modalidade faz parte de uma estratégia de melhor dominação, concedendo e mantendo uma participação restrita dos grupos, criando uma ilusão de participação.

Quanto aos graus de participação, Bordenave (1994) propõe uma escala que vai de informação a autogestão. Com relação aos níveis, o autor alerta sobre a existência de decisões de pouca a muita importância, podendo variar de execução das tarefas à formulação e planejamento das políticas.

Verificando as instâncias de macro e microparticipação, tipos, graus e níveis de participação, a conclusão que se chega é que, para atingir os pontos mais elevados de participação, o caminho a ser percorrido é longo e árduo. Como coloca Demo a participação social não é algo acabado, é um processo de conquista:

> [...] infindável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo. (...) a participação é em essência autopromoção e existe enquanto conquista processual. Não existe participação suficiente, nem acabada. Participação que se imagina completa, nisto mesmo começa a regredir (1986, p. 18).

Assim, entendemos que a participação é um longo processo de aprendizado que ocorre na vida de um indivíduo, ninguém nasce participando, ela deve ser construída, praticada e conquistada no cotidiano, nos enfrentamentos e nas lutas por mudanças sociais necessárias.

A participação se encontra na própria natureza do ser humano, é um processo constitutivo da condição humana, e promove a formação para o exercício de uma cidadania mais ativa.

1.2 Obstáculos à participação

A participação tem se transformado em um novo consenso, organismos internacionais vêm adotando-a como estratégia de ação e em diversos casos institucionalizando-a como política oficial.

Kliksberg (2005) afirma que a participação sempre teve legitimidade moral e política, especialmente nos países da América Latina, e que agora se soma a outra, de caráter distinto, a legitimidade macroeconômica e gerencial, onde executivos perceberam que metodologias participativas trazem mais vantagens às empresas que as tradicionais. A participação é apontada pelo autor como um dos instrumentos mais importantes para a superação das desigualdades e a promoção da equidade.

No entanto, segundo este autor, a participação encontra resistências de diferentes naturezas, pois sendo um processo que provoca modificações sociais gera resistências pois vai atingir interesses estabelecidos Destaca que um dos obstáculos à participação é a subestimação dos pobres. Líderes e gerentes de projetos não acreditam que comunidades pobres sejam capazes de integrar processos de planejamento, gestão, controle e avaliação dos mesmos, que não poderão cooperar devido às suas baixas escolaridades, que suas lideranças são incultas e que seus saberes acumulados, um peso. Alerta, que esta subvalorização será rapidamente percebida pela comunidade e que isto será um fator que afastará a mesma destes processos participativos.

Outro obstáculo observado é a tendência à manipulação da comunidade, haverá tentativas de cooptação para que determinados grupos sejam beneficiados. Nestas tentativas manipuladoras, a troca de favores será um dos meios utilizados, além de relegar os líderes comunitários autênticos e criar líderes que se prestam a seus interesses, para ser um ponto de apoio ao projeto manipulador. (*Ibid*, p. 90)

O problema de poder é também considerado um obstáculo. A resistência de transferir o controle, a falta de estímulos à orientação da comunidade, a falta de interesse no desenvolvimento da capacidade da comunidade são entraves para uma participação genuína. Compartilhar poder é uma tarefa difícil numa sociedade com forte viés patrimonialista. Esta partilha de poder só acontece quando existe uma vontade muito grande e disposição de autoridades em dividir o poder decisório (*Ibid*, p. 91). Rodrigues (2004, p. 418) também assegura que a participação da população implica em redução do poder decisório dos governantes e que “Isto nem sempre é bem aceito, na medida em que a centralização

decisória e o autoritarismo ainda são valores por demais arraigados na classe política brasileira, desde os tempos dos régulos coloniais".

Jacobi (2003) afirma que existe apatia e desinteresse da população em participar devido a reduzida cidadania e descrença em políticos e instituições, além destes fatores o autor enfatiza que as que os processos participativos existentes no Brasil estão "marcados por tradições estatistas, centralizadoras, patrimonialistas e, portanto, por padrões de relação clientelistas, meritocráticos e de interesses criados entre Sociedade e Estado"

Herculano, 2007, aponta que o "grau de resposta dos representantes e governantes às demandas do cidadão é muito baixo e inadequado no Brasil e isto acarreta um desestímulo e provoca uma descrença nas instituições e nos canais disponíveis para participação" e que existe uma relação desigual entre Estado e cidadão, pois a população não tem tempo, dinheiro, conhecimento para que haja uma participação em igualdade de condições, muitas vezes a luta da população é pela sua sobrevivência, não encontrando espaços na sua vida para a participação cidadã.

1.3 A participação na EA

Com relação à "participação" na EA, a inclusão deste termo vem sendo considerado e reforçado nos documentos dos eventos internacionais patrocinados pela Unesco desde Belgrado, em 1975. A conferência de Tbilisi, Geórgia, em 1977, pode ser considerada um marco histórico da EA. Seus princípios, objetivos e recomendações são utilizados, ainda hoje, na EA. Neste evento foi dado ênfase na necessidade de participação dos grupos sociais e indivíduos nas tarefas que têm por objetivo resolver os problemas ambientais. No entanto, participar não tem o mesmo significado para os diferentes atores sociais numa determinada sociedade que é permeada por contradições e conflitos.

A visão de participação na EA se diferencia à medida que consideramos as diferentes concepções existentes. A EA não é um corpo homogêneo, existe uma diversidade de discursos sobre EA com propostas diferenciadas de conceber e praticar a EA. Sauvé (2005), pesquisando sobre as diferentes correntes de EA identificou 15 delas, a partir da observação de práticas e teorias em diferentes países. Foram identificadas, sete de longa tradição: naturalista, conservacionista/recursista, resolutiva, sistêmica, científica, humanista, moral/ética e oito mais recentes: holística, biorregionalista, práxica, crítica, feminista, etnográfica, da ecoeducação, da sustentabilidade.

As primeiras constatações das diferentes visões de EA no Brasil foram observadas na década de 90 do século passado quando já era possível verificar o abandono do perfil inicial predominantemente conservacionista e as primeiras incursões da dimensão social nos debates da EA, sendo Marcos Sorrentino, em 1995, o primeiro pesquisador brasileiro a classificar correntes de EA quando identificou quatro vertentes: conservacionista, ao ar livre, relacionadas à gestão ambiental e à economia ecológica (LAYRARGUES; LIMA, 2011).

Atualmente a classificação das diversas correntes e práticas de educação ambiental têm sido sugeridas por vários autores. Esta pesquisa utilizou a demarcação em três vertentes: Conservadora; Pragmática e a Crítica, sugerida por Layrargues e Lima, 2011.

A opção conservadora que abriga as vertentes conservacionista e pragmática, é limitada, pois suas práticas pedagógicas são baseadas em ações comportamentais, são conteudistas, acríticas, instrumental, e não superam as contradições existentes na sociedade. Ela se expressa pelas correntes conservacionista, comportamentalista, alfabetização ecológica e do autoconhecimento, está afastada das dinâmicas sociais, por isso, seu potencial para a transformação nas mudanças sociais é limitado por não questionarem as estruturas sociais vigentes. Sua característica principal é a ênfase na proteção ao mundo natural (*ibid*, p.8).

Em contraposição, a opção crítica, acredita que não basta lutar por mudanças que apenas altera a cultura da relação entre ser humano e natureza, é necessária mudanças nas estruturas sociais. Esta opção se fundamenta nos princípios da educação popular, na teoria crítica da educação, na ecologia política e nos autores marxistas e neomarxistas. Inspira-se no diálogo e no fortalecimento dos sujeitos, na participação, no exercício da cidadania para a superação das formas de dominação hegemônica. Leva em conta os aspectos históricos, sociais e políticos do ambiente, assim suas ações pedagógicas estão relacionadas à realidade (LOUREIRO, 2004a).

A vertente crítica agrega as correntes da Educação Ambiental Popular, Transformadora, Emancipatória, e no Processo da Gestão Ambiental. Busca o enfrentamento político das desigualdades e injustiças ambientais, procura contextualizar e politizar o debate ambiental, articular as diversas dimensões da sustentabilidade (social, econômica, ecológica, espacial e cultural) e problematizar as contradições dos modelos de desenvolvimento e de sociedade que conhecemos. Seus debates envolvem questões sobre a cidadania, emancipação, democracia, conflito, justiça ambiental e transformação social. Além da politização, esta vertente alia-se ao pensamento complexo, pois os problemas ambientais não encontram respostas em soluções disciplinares e reducionistas (*op.cit.*, p. 11). Com relação à participação na vertente crítica, Lima (2008) afirma ser mesma “o solo que a sustenta, enraíza, alimenta e

reproduz" e que a ausência de participação reforça o caráter autoritário da ação assim como também anula possibilidades de crescimento do indivíduo.

Com relação à vertente pragmática, nos anos 90 do século passado, houve um forte apelo à resolução de problemas ambientais locais acompanhadas pela responsabilização individual, as ações eram orientadas para a resolução das questões relacionadas ao lixo e que se estenderam para a idéia do consumo responsável. Do ponto de vista pedagógico esta vertente não oportuniza contato direto com ambientes naturais, está mais relacionada à produção e consumo não considerando as dimensões sociais.

A vertente pragmática abrange as correntes da Educação para o desenvolvimento sustentável e para o Consumo sustentável. Apresenta o foco na ação, tem suas raízes no ambientalismo pragmático e em concepções tecnicistas de educação. A ênfase é na mudança de comportamento individual. No caso da Educação para o desenvolvimento sustentável, os autores criticam sua ambigüidade e as contradições que a caracterizam; sua impositividade e ausência de participação por ocasião de sua formulação; as diferenças entre os contextos sócio-educativos dos hemisférios norte e sul e a dúvida a respeito de que sua implantação foi motivada para beneficiar interesses desenvolvimentistas ligadas à proposta neoliberal. A vertente pragmática, segundo os autores, é uma derivação da conservadora adaptada a um novo contexto social, econômico e tecnológico que não se articula com a questão das desigualdades sociais (LAYRARGUES; LIMA, 2011)

1.4 Participação cidadã

Por participação cidadã entende-se a participação como exercício da cidadania ativa. Teixeira (1997) a define como um "processo complexo e contraditório de relação entre sociedade civil, Estado e mercado. Neste processo, os atores redefinem seus papéis no fortalecimento da sociedade civil através da atuação organizada de indivíduos, grupos e associações." Desta forma, o conceito de participação cidadã se estende para além de espaços institucionalizados e da relação com o Estado, mas está também inscrita nos domínios da sociedade civil.

A participação cidadã diferencia-se da "participação social e comunitária", pois não se busca realizar funções típicas do Estado, nem se confunde com "participação popular" que é utilizada para designar a ação desenvolvida por movimentos sociais que se diferenciam segundo as questões reivindicadas. Ao se referir à "participação cidadã" tenta-se, contemplar dois elementos contraditórios presentes na atual dinâmica política. O primeiro, "fazer ou

tomar parte", por indivíduos, grupos, organizações que expressam interesses, identidades, no processo político institucional. O segundo, o elemento "cidadania", que enfatiza as dimensões de universalidade, generalidade, igualdade de direitos, responsabilidades e deveres (*ibid*, 1997, p. 194).

No próximo quesito estaremos apresentando a metodologia utilizada para a construção deste trabalho.

2 METODOLOGIA

Neste item, apresenta-se a metodologia utilizada na presente pesquisa, os trajetos percorridos para atingir os objetivos estabelecidos. Descreve-se as estratégias metodológicas, as características dos sujeitos, os instrumentos, os procedimentos utilizados para a coleta de dados, a construção do trabalho de campo e análise dos dados.

Segundo Demo, pesquisa "é uma atitude processual de investigação diante do desconhecido e dos limites que a natureza e a sociedade nos impõem" (2011, p.16), sendo o principal objetivo do pesquisador a investigação de um problema realizado a partir de procedimentos científicos. Para a realização de uma pesquisa é necessário confrontar os dados, evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto com o conhecimento teórico a respeito dele.

A pesquisa qualitativa, de acordo com Bogdan e Biklen[1] (1982) apud Lüdke e André (1986), supõe um contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada; envolve dados descritivos, que aparecem sob a forma de transcrições de entrevistas, depoimentos, anotações de campo e diversos tipos de documentos; procura entender os fenômenos que estão sendo investigados a partir da perspectiva dos participantes e não se preocupam em buscar evidências que comprovem hipóteses definidas antes de iniciar a pesquisa.

Na presente pesquisa utilizamos o estudo de caso que é a "compreensão" de uma dada realidade em seu contexto real, procurando compreendê-la de forma profunda e detalhada. É uma investigação de natureza empírica que se baseia em trabalho de campo e/ou análise documental, utilizando diversos tipos de fontes como, entrevistas, observações, documentos (GIL, 2007).

2.1 Estratégias metodológicas

Visando cumprir os objetivos propostos, utilizou-se para a realização desta pesquisa a análise documental e entrevista estruturada.

---

1 BOGDAN, R., BIKLEN, S.K. **Qualitative Research for Education**. Boston, Allyn and Bacon, 1982.

2 Qualquer atividade humana que interfere nos mecanismos naturais de uma unidade ecológica ou ecossistema.

3 É uma área de disposição final de resíduos sólidos sem nenhuma preparação anterior do solo. Não tem nenhum sistema de tratamento de efluentes líquidos - o chorume, que penetra pela terra levando substâncias

A análise documental envolveu o exame do Programa Brasília Sustentável, do PIVE, do EIA/Rima do empreendimento, do Estatuto da Cidade, da Licença de Instalação n°. 008/2007 para regularização de parcelamento de solo para fins urbanos da Vila Estrutural – Região Administrativa do Scia – RA XXV.

Com relação à entrevista estruturada, é um roteiro com perguntas abertas onde o entrevistado tem a possibilidade de falar sobre a pergunta proposta, sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador. É uma das técnicas de coleta de dados mais utilizadas em pesquisas qualitativas. Ela prevê um contato mais direto com o entrevistado que permite a captação imediata da informação desejada; admite correções e esclarecimentos durante o processo, possibilitando que os dados obtidos sejam claros e precisos. A entrevista deve garantir um clima de confiança para que o entrevistado se sinta à vontade para se expressar livremente.

Todos os procedimentos respeitaram a Resolução 196/96, do Conselho Nacional de Saúde, quanto ao consentimento livre e esclarecido. Para tanto, o entrevistado foi esclarecido quanto ao objetivo da pesquisa, ao caráter confidencial em relação à sua identidade e sobre sua liberdade de autorizar ou não a gravação da mesma. Para tanto, um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de acordo com as exigências do Comitê de Ética na Pesquisa com Seres Humanos da Universidade de Brasília (Apêndice B) foi apresentado e assinado pelo pesquisador, orientador e entrevistado. Para garantir o anonimato, os sujeitos da pesquisa estão identificados numericamente, não atribuindo característica de gênero.

2.2 Sujeitos participantes

Participaram deste estudo 42 moradores da cidade, sendo 29 pessoas do sexo feminino e 13 do sexo masculino, com idades variando de 16 a 77 anos. São catadores, donas de casa, vigilante, estudantes, feirantes, costureira, aposentados, chacareiros, funcionários públicos. Destes, quatro participaram ativamente do processo de regularização da Estrutural, sendo que três deles eram militantes de movimentos populares da cidade.

Foram entrevistadas pessoas residentes na área urbana da Estrutural, no Setor de Chácaras Cabeceira do Valo, no Setor de Chácaras Santa Luzia e no Núcleo Rural Monjolo, situado do Recanto das Emas/DF, com as pessoas que em 2008, foram reassentadas.

2.3 Instrumentos

Foram utilizados dois instrumentos: os documentos e o roteiro de entrevistas, conforme descrição a seguir.

Documentos: Foram utilizados, nesta etapa, o Programa Brasília Sustentável, que possibilitou conhecê-lo de forma abrangente, com os componentes que foram desenvolvidos em vários locais do DF; o PIVE, projeto específico da cidade Estrutural, onde foi possível saber quais as intervenções seriam realizadas na cidade, no aspecto físico, social e ambiental; o EIA/Rima, este documento proporcionou um conhecimento aprofundado a respeito das características físicas, sociais e ambientais da cidade; o Estatuto da Cidade, denominação oficial da lei 10.257 de 10 de julho de 2001, que regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, no capítulo relativo à Política Urbana. A urbanização da Estrutural foi fundamentada nesta lei, onde seus princípios básicos são o planejamento participativo e a função social da propriedade; a Licença de Instalação n°. 008/2007 para regularização de parcelamento de solo para fins urbanos da Vila Estrutural – Região Administrativa do Scia – RA XXV, onde foi possível conhecer as condicionantes exigidas para a regularização da cidade.

Roteiro de entrevista estruturada: o roteiro, previamente estruturado, foi formulado com perguntas abertas e organizado em temas para análise:

Percepção a respeito dos problemas socioambientais:

- Para o(a) Sr.(a), quais são os problemas ambientais na Estrutural?
- Para o(a) Sr.(a), o lixão é um problema ambiental? Como lhes afeta?

Participação no PIVE:

- O(a) Sr(a) participou de alguma reunião realizada em sua quadra residencial para esclarecimentos em relação ao projeto?
- O(a) Sr(a) teve oportunidade de sugerir alterações e ajustes no projeto?
- O(a) Sr(a) procurou o escritório local para esclarecer dúvidas em relação ao projeto?
- O(a) Sr(a) participou de reuniões para definir o projeto urbanístico da Estrutural, manifestando seus desejos e anseios?
- O(a) Sr(a) sabia da existência de uma comissão de moradores para acompanhar o processo de urbanização?

- Nas reuniões que o(a) Sr(a) participou houve esclarecimentos sobre as condicionantes do Ibama (Explicar o que é) com relação ao meio ambiente?
- O(a) Sr(a) participou das reuniões para definir remoções e reassentamentos dos moradores?
- O(a) Sr(a) participou das discussões a respeito do desenho das vias, localização de equipamentos e desobstrução de áreas que não poderiam ser ocupadas (áreas com contaminação do solo, vizinhança do córrego e chácara Santa Luzia)?

Percepção a respeito do meio ambiente:

- O(a) Sr(a) sabia que existem duas Aries na Estrutural? O que o sr. estaria disposto a fazer para a preservação destas ARIEs?
- O(a) Sr(a) acha que é importante cuidar do meio ambiente? Por que?
- O(a) Sr(a) sabe que existe o Parque Nacional de Brasília? É que faz limite com a Estrutural? Já visitou o PNB? Caso tenha visitado: O que achou? Se a resposta for positiva, o Sr. acha que é importante a preservação deste parque?

2.4 Procedimentos

A pesquisa iniciou-se em abril de 2011 na Cidade Estrutural/DF. Para sua realização, a pesquisadora precisava conhecer mais profundamente a dinâmica da cidade, sua história e, principalmente, quem tinha tomado parte na construção daquela história. Foi nestas circunstâncias em que tomou ciência de que a memória da cidade estava sendo reconstituída pelos próprios moradores no projeto “Pontos de Memória da Estrutural”. Os Pontos de Memória, utilizando metodologia participativa e dialógica, procuram reconstruir e fortalecer a memória social e coletiva de comunidades, a partir do cidadão e de suas origens, histórias e valores.

Foi a partir desta concepção que os integrantes do Ponto de Memória, em abril de 2011, estavam organizando uma exposição sobre “Movimentos da Estrutural: Luta, Resistência e Conquistas”. Assim a pesquisadora ingressou neste trabalho colaborando naquilo que era possível, tendo em vista que estava imbuída apenas de boa vontade e entusiasmo, principalmente pelo caráter pedagógico do trabalho baseado nos ensinamentos de Paulo Freire. Esta exposição foi inaugurada no dia 21 de maio de 2011.

À medida que envolvia com o trabalho foi esclarecendo os motivos da sua ida à Estrutural, sobre o estágio que realizava na Escola Classe 2, sobre a pesquisa. No início, surgiu uma desconfiança que mais tarde foi explicada, o incômodo de serem "objetos de estudo". Pesquisas são realizadas, os moradores colaboravam e depois de concluídas não existe o devido retorno de seus resultados à comunidade.

Nas reuniões e atividades do Ponto de Memória, a pesquisadora foi construindo amizades, parcerias, respeito, cumplicidades, descobrindo afinidades, se identificando e entusiasmando pelo trabalho comunitário e, principalmente, conhecendo como tinha sido difícil para a população "conquistar" o direito à moradia, previsto na Constituição Federal desde 1988, como direito fundamental.

Numa primeira etapa desta pesquisa foram feitas as análises documentais, em seguida, foram realizadas as entrevistas durante o mês de outubro de 2011. As entrevistas eram agendadas e foram realizadas na residência do(a) entrevistado(a). As pessoas que a pesquisadora conheceu na cidade e que desenvolveu uma relação de amizade e confiança foram as primeiras entrevistadas, as demais foram apresentadas à mesma no decorrer do processo. Uma das exigências para a entrevista era que o(a) entrevistado(a) tivesse morado na cidade e vivenciado as etapas de regularização da mesma a partir de 2006.

2.5 Construção do Trabalho de Campo

O primeiro contato da pesquisadora com a cidade se deu no 2º semestre de 2007 quando, na disciplina de Antropologia e Educação, ministrada pela Profa. Dra. Rosângela Azevedo Corrêa, realizou uma saída de campo no Aterro Controlado Jóquei Clube. Revisitando minha memória a respeito deste trabalho, lembro-me do contato com os trabalhadores do local e a arquitetura da cidade, que era constituída basicamente de barracos construídos de madeirite e/ou restos de madeira, ruas estreitas e esburacadas, esgoto correndo a céu aberto e crianças descalças brincando pelas ruas. Um contraste muito grande com Brasília, a cidade planejada, com toda a infraestrutura necessária, com o maior índice de desenvolvimento humano (IDH) do Brasil e um dos maiores do mundo. Foi muito impactante ver estas duas realidades com a distância de apenas 12 km entre as mesmas.

No segundo semestre de 2010, a pesquisadora retorna à cidade, agora matriculada na disciplina de Educação e Gestão Ambiental, ministrada pela Profa. Dra. Rosângela Azevedo Corrêa, novamente em trabalho de campo para conhecer os córregos Cana do Reino e Cabeceira do Valo da Cidade Estrutural. Neste trabalho percebeu-se o que é degradação de

uma área de preservação permanente (APP). O ambiente estava repleto de lixo com visível devastação das matas de galerias. Neste retorno era de se notar que a cidade já não era a mesma, pois estava bem diferente daquela que havia conhecido em 2007. Nesta disciplina, tivemos contato com referenciais teóricos a respeito do que é educação para a gestão ambiental e percebeu-se a importância da participação social no processo da educação/gestão ambiental.

Em 2011, retorno à cidade, agora na condição de estagiária da Escola Classe 2, desenvolvendo atividades no Projeto 4, fase 2, na área de Educação Ambiental. Concomitantemente ao estágio, inicio os primeiros contatos na cidade. Inicialmente a necessidade era conhecer a cidade, as ruas, retornar ao aterro controlado, conhecer pessoas, saber onde ficava os equipamentos públicos à disposição da comunidade, familiarizar-me com o ambiente em que moravam as crianças com as quais iria trabalhar, pois na minha concepção de educação, todo ato educativo deve partir do contexto no qual a criança está inserida. Além desta motivação, entender a dinâmica do lugar onde a criança mora é um passo para conhecê-la em sua individualidade.

Foi nesta conjuntura que iniciei meus primeiros contatos com a cidade e tomei a decisão de realizar minha monografia de conclusão de curso na Estrutural, tentando identificar como tinha sido a participação dos moradores no processo de regularização da cidade, que naquele momento, estava acontecendo dentro do programa Brasília Sustentável.

2.6 Procedimentos de análise de dados

Para análise dos dados procedeu-se à tabulação dos dados que foram resumidos e postados em uma tabela para facilitar uma visualização geral, para fins de comparação dos dados. As entrevistas foram importantes para a construção de um panorama, a partir delas foram definidos temas para análise sendo estruturado em três critérios: Percepção a respeito dos problemas socioambientais; Participação no PIVE e Percepção a respeito do meio ambiente. Após este procedimento foram selecionadas as respostas que mais explicavam o problema investigado.

No próximo item, será apresentada a cidade Estrutural, as primeiras ocupações, as lutas, resistência dos moradores, o conflito ambiental instalado e a regularização da mesma por meio do Programa Brasília Sustentável, implementado a partir de 2006.

3 A ESTRUTURAL NO CONTEXTO DESTE TRABALHO

A Cidade Estrutural está delimitada: ao norte pela DF-097, junto ao Parque Nacional de Brasília; a leste, pelo Setor Complementar de Indústria e Abastecimento – Scia; ao sul pela DF-095, ou Estrada Parque Ceilândia – EPCL; e a oeste, pela área de relevante interesse ecológico (Arie) Cabeceira do Valo (Fig. 1).

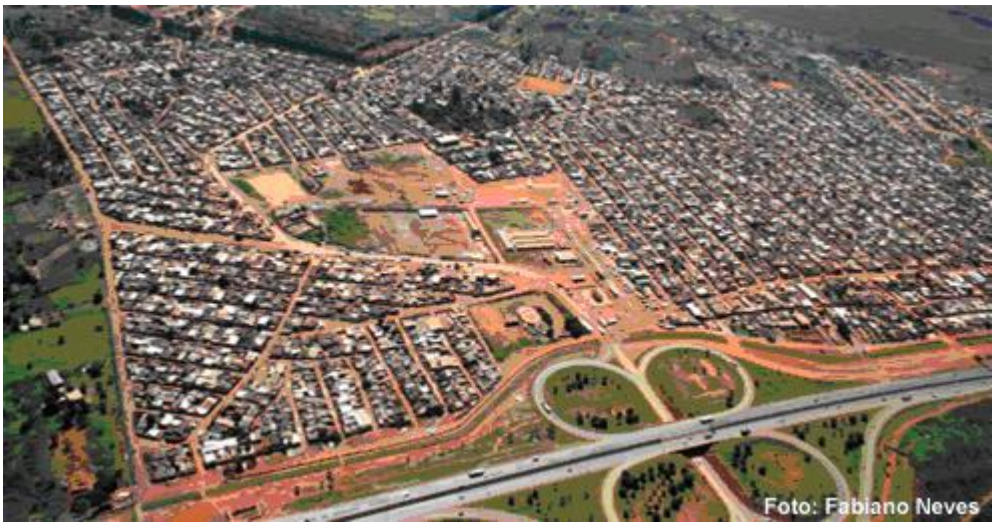

FIGURA 1 – Vista panorâmica da cidade Estrutural. Fonte: Fabiano Neves. Disponível em: http://www.scia.df.gov.br/005/00502001.asp?ttCD_CHAVE=12064. Acesso em 28 de novembro de 2011.

Está inserida numa área de cerca de 144,83 hectares, dentro da Área de Preservação Permanente (APA) do Planalto Central, e em seu entorno se encontram importantes unidades de conservação (UCs) do DF: Parque Nacional de Brasília (PNB) e a área 2 da Floresta Nacional (Flona). No polígono da cidade existe um parque urbano que foi instituído por meio do Decreto nº 28.080, de 29 de junho de 2007, mas ainda não foi constituído de fato, sendo uma área abandonada, cheio de mato, sem conhecimento da população sobre a sua existência. Existem, ainda, duas Aries: Cabeceira do Valo e Estrutural (Fig. 2), que foram constituídas, por meio do decreto nº 28.081, de 29 de junho, de 2007, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal, em 02 de julho de 2007. Estas Aries encontram-se totalmente degradadas. A da Cabeceira do Valo está ocupada por igrejas, cooperativas de reciclagem, fábrica de artefatos de cimento, lojas de material de construção, enquanto que a da Estrutural está ocupada por barracos e com a vegetação destruída, além de estar repleta de lixos. Atualmente um plano de manejo está sendo construído para estas UCs. Estas áreas foram instituídas como uma das exigências do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (Ibama) para a regularização da

cidade, tendo como objetivo a mitigação das ações antrópicas[2] decorrentes do processo de ocupação desde a instalação do lixão[3] no local.

Arie é uma unidade de conservação de uso sustentável instituída pela Lei N° 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamentou o art. 225, § 1°, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal e instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Snuc). De acordo com o artigo 16 desta lei (BRASIL, 2000),

> A Área de Relevante Interesse Ecológico é uma área em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional, e tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso admissível dessas áreas, de modo a compatibilizá-lo com os objetivos de conservação da natureza.

A instituição destas áreas na Estrutural é importante para a reconstituição da vegetação nativa retirada no processo de ocupação do solo, tanto na área urbana como na APP do Córrego do Valo e para a conservação de corredores ecológicos para a manutenção da vida e do fluxo gênico da fauna e flora local.

FIGURA 2 – Área de Relevante Interesse Ecológico da Vila Estrutural. Fonte: Greentec. Disponível em http://www.zee-df.com.br. Acesso em 28 de novembro de 2011

2 Qualquer atividade humana que interfere nos mecanismos naturais de uma unidade ecológica ou ecossistema.

3 É uma área de disposição final de resíduos sólidos sem nenhuma preparação anterior do solo. Não tem nenhum sistema de tratamento de efluentes líquidos - o chorume, que penetra pela terra levando substâncias contaminantes para o solo e para o lençol freático. Moscas, pássaros e ratos convivem com o lixo livremente no lixão a céu aberto.

A APP do córrego Cabeceira do Valo também se encontra degradada. As matas de galeria são escassas e/ou inexistentes, os chacareiros instalados à sua margem utilizam a água do córrego, seja para rega das plantas, seja para a criação de peixes em tanques, sem nenhuma autorização da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal (Adasa). Nesta fitofisionomia[4] está abrigada a maior diversidade de espécies vivas, sua presença nas margens dos córregos reduz a possibilidade dos corpos d'água serem contaminados, por sedimentos, resíduos de adubos, defensivos agrícolas, conduzidos pelo escoamento superficial da água, além de fornecer abrigo e alimentação para a fauna, e também de servirem como corredores ecológicos, visto que pela aproximação com o Parque Nacional de Brasília vários animais desta UC transitam nestas imediações. Estudos realizados no decorrer do EIA/Rima sugerem que deva ser criada uma faixa de Cerrado no entorno das matas de galerias com o objetivo de manter a interação de espécies na zona de contato entre esses ambientes. Com base em observações de campo realizadas durante a feitura do EIA/Rima, essa faixa deveria ser de, no mínimo, 50m entre esta fitofisionomia e o ambiente antrópico vizinho (DF, 2004).

No estudo de impacto ambiental foi detectado que grande parte da vegetação nativa havia sido retirada para dar lugar à cidade, restando alguns pontos onde ainda persistem fragmentos de transição mata-cerrado (*Ibid*, p. 177).

O lençol freático e as águas superficiais do córrego cabeceira do Valo encontram-se contaminados, conseqüências do depósito de lixo no local sem a devida impermeabilização do solo. A fauna e flora também foram comprometidas com todo esse processo de descaso com o meio ambiente (FRANCO, 1996; BERNARDES, PASTORE, PEREIRA, 1999; CARNEIRO, 2002)

Segundo moradoras[5] da cidade, elas tentaram em vários momentos adotar esta nascente para o trabalho de recuperação. No entanto, não conseguiram, pois encontraram resistências por parte dos chacareiros da região. O programa "Adote uma nascente" foi um programa do governo do DF, coordenado pelo Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal e Brasília Ambiental (Ibram).

Outro problema verificado é o Aterro Controlado do Jóquei Clube, da Estrutural, que localiza-se ao lado do Parque Nacional de Brasília (PNB) e provoca um grande impacto sobre o mesmo, pois recebe resíduos sólidos industriais, domésticos desde a década de 60 do século passado. No local são depositadas mais de três mil toneladas de lixo por dia, numa área de

4 Aspecto da vegetação de um lugar.
5 Comunicação pessoal

aproximadamente 135 hectares. O local não possui medidas de proteção ambiental, nem licença para funcionamento do ponto de vista ambiental. No entanto, continua ainda em pleno funcionamento, apesar das promessas de desativação pelo Governo do Distrito Federal (SALGADO; GALINKIN, 2004). A proximidade do aterro com o PNB traz uma série de problemas ao parque. Um deles é a invasão de animais, como cães, gatos, cavalos, além de garças, urubus e ratos, entre outros que freqüentam o aterro, atraídos pela alimentação e acabam levando problemas à fauna silvestre local. Estes animais invadem o PNB e causam sérios problemas para o gerenciamento das populações de animais silvestres: muitos cães e gatos "ferais"[6] eventualmente matam animais silvestres e/ou transmitem doença. Em janeiro de 2002, foram constatados que 3 mil cães e gatos perambulavam pelo PNB, muitos com vírus da raiva (DF, 2004).

3.1 Luta por moradia

Para entender a dinâmica da construção da cidade Estrutural, é necessário compreender como se deu o processo de ocupação do local. A cidade Estrutural é considerada um assentamento humano autoconstruído, isto é, esta cidade surgiu de forma espontânea, com precariedade urbanística e sem a presença do Estado. Neste modelo, a população passa a gerir o espaço urbano, promovendo a implantação de melhorias, como serviços clandestinos de água e luz, construção de fossas assépticas e ainda fazendo a manutenção de serviços e infra-estrutura, quando existentes.

Corrêa (2002) descreve como foi o processo de ocupação da Estrutural:

> A invasão, localizada às margens da DF-095 (ou Via Estrutural ou Estrada Parque Ceilândia, principal via de acesso entre o Plano Piloto e as cidades de Taguatinga e Ceilândia, no Distrito Federal), tem praticamente a idade de Brasília. No começo da década de 60, famílias ocuparam o local, que recebia entulho das construções. Logo, o lixo de todo o Distrito Federal (as demais cidades que pouco a pouco foram surgindo) também passou a ser levado para a área.
> O relato dessa trajetória – que não existe em livros sobre a história de Brasília - foi obtido por meio de depoimentos de catadores antigos e pessoas que acompanharam a evolução da comunidade, formada, no princípio, por moradores de rua e gente procedente do interior de Goiás. A princípio, foram atraídas para perto do depósito, com o objetivo de retirar dele o seu sustento, com a venda de objetos encontrados no lixo. Até os barracos (afinal, ninguém tinha onde morar) foram construídos com os papelões descartados pela distante população da capital. Esses primeiros ocupantes – os pioneiros do Lixão – deram origem à comunidade marginal mais antiga da região (p. 6).

6 Animais domésticos que passam a viver nos habitats naturais

Esta é uma situação do contraste evidenciado em Brasília. De um lado a cidade planejada, sede do poder político do Brasil, com edifícios suntuosos e do outro, a população vivendo em extrema miséria, em barracos de madeira retiradas do lixo, sem emprego, tendo que viver do descarte da modernidade.

Vivendo no lixo e de certa forma confundindo-se com ele, assim, também são descartados. A pobreza sem limites e a exclusão que vivem, fazem destes sujeitos, objetos,, não cidadãos, vivendo sem direitos, abandonados pelo poder público. Percebem-se, desta forma, as conseqüências nefastas da precarização do trabalho e da expansão do desemprego. Por sua vez, o trabalho nos lixões faz destes sujeitos, prestadores de serviços relevantes para o meio ambiente, que é constantemente ameaçado pela pelo consumismo da população, que acaba por produzir uma quantidade imensa de lixo. Os catadores recebem pela venda dos resíduos sólidos às empresas recicladoras em outros estados, sem obter nenhum tipo de benefício como salário, Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS), férias, 13º salário.

Na década de 1990, emergiu no DF um movimento por direito à moradia liderado pelos moradores que ocuparam este espaço, que se traduziu num grande processo de participação com mobilização e resistência dos mesmos, principalmente, por se tratar de um local considerado sensível do ponto de vista ambiental, com grande resistência do poder público e de ambientalistas que eram contrários à fixação da população naquele espaço reivindicado. Este movimento foi se constituindo com sentido de cooperação, de solidariedade frente às necessidades individuais e coletivas que iam surgindo.

Entre 1991 e 1998, período em que Joaquim Roriz e Cristovam Buarque foram governadores, a população desta ocupação cresceu vertiginosamente devido, principalmente, a ação dos parlamentares do Distrito Federal que tinham interesses eleitorais no local.

As primeiras associações formadas na Estrutural foram a Associação dos Catadores, dirigida pelo Sr. Umberto e Associação Comunitária da Vila Velha da Estrutural (Ascove), dirigida pela Sra. Alice. A Vila Velha da Estrutural corresponde às primeiras quadras formadas próximas ao lixão, na época com 528 moradores, com mais de 20 anos de Estrutural.

Em 1996, foi fundada a Associação dos Moradores da Estrutural (Asmoes), tendo como presidente o Sr. João Joaquim Batista e como vice-presidente a Sra. Marlene Mendes. Neste ano, esta associação negociou com o governador Cristovam Buarque a transferência dos moradores da Alta Estrutural (local onde hoje está situada a Cidade dos Automóveis) para as quadras 1, 2, 3 e 4 da Cidade Estrutural. Quando iniciaram a transferência haviam 900 barracos. Com a expectativa de fixação na Estrutural, esta população foi aumentando. Esta

transferência foi realizada nos anos de 1996 e 1997 e ao final foram totalizadas 1.730 famílias, que receberam um “Termo de Acordo” assinado pela Asmoes, um representante do gabinete do deputado distrital José Edmar e um representante do Instituto de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal (Idhab).

De 1997 a 1998 a população começou a crescer desordenadamente, fomentada por políticos da oposição ao governo Cristovam Buarque. Segundo Buarque, em entrevista concedida em 2001 a Corrêa, ele afirmou que em 1986 a cidade possuía 528 habitantes e poderiam ser assentados no local sem prejuízos ambientais. No entanto, por interesses eleitorais, houve incentivo à invasão com promessas de que no local seria instalada a cidade. O deputado José Edmar liderava o movimento de moradia e de inquilinos no Distrito Federal e começou a enviar moradores para a Estrutural, ação também promovida pelo ex-governador do DF Joaquim Roriz.

Ao longo dos anos, houve várias tentativas de conter a invasão, inclusive com medidas radicais promovidas entre 1994 e 1998. No período entre setembro de 1997 e maio de 1998, na gestão do governador Cristovam Buarque, mil e trezentas famílias foram transferidas para assentamentos localizados em diversas cidades do DF, como Riacho Fundo I e II, Samambaia, Sobradinho e outras quinhentas saíram voluntariamente.

Segundo relato dos moradores no Dossiê das principais denúncias do fórum de monitoramento do programa Brasília sustentável na cidade Estrutural, Brasília-DF, em 2011:

> Um dos momentos que podemos citar como um dos mais difíceis que enfrentou a população da cidade foi a chamada *Operação Tornado*, coordenada pela Policia Militar do DF em 1998, que tinha como estratégia a derrubada de barracos, proibição da entrada de material de construção, gás de cozinha e alimentos para abastecimento de supermercados. Mas, ainda que sofrida e castigada pela falta de amparo e pela condição de exclusão, a população da cidade, sem alternativas oferecidas pelo Estado, permaneceu bravamente construindo os laços que hoje constituem a história e cultura da cidade.

Neste caso está visível como a população de baixa renda é tratada pelo Estado, sem respeito e destituindo-a do direito à moradia, consagrado na Constituição Federal de 1988 como um direito social.

Com relação à transferência dos moradores, as famílias que foram para a Estrutural com o apoio de José Edmar e Joaquim Roriz e que não estavam inscritos no Idhab aceitavam as propostas de mudanças, enquanto que os antigos moradores que tinham recebido o “Termo de acordo” não mudavam porque tinham obtido uma liminar na justiça que garantia a permanência destes moradores no local. Com relação a esta liminar, o deputado José Edmar deu entrada na Vara da Fazenda Pública a cinco processos em dez dias, solicitando a

suspensão da retirada das famílias, argumentando que havia um acordo firmado em 1996 entre o governo e os moradores. Em setembro de 1997, o ministro Celso de Melo, do Supremo Tribunal Federal, decide manter três liminares concedidas pelo Tribunal de Justiça do DF aos moradores da Estrutural, com base no artigo 5º da Constituição, segundo o qual o lar é inviolável (Corrêa, 2002).

Em 1997, Marlene da Asmoes, pelo Partido Social Democrático (PSD), e José Edmar, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) se candidatam a deputados distritais, sendo que conseguiram 971 e 1100 votos, respectivamente. Este pequeno número de votos se explica porque a maioria dos moradores da Estrutural não tinha título de eleitor no Distrito Federal. Este fato foi constatado pela ASMOES quando cadastravam os moradores que ali chegavam, a maioria era oriunda da Bahia e do Maranhão. José Edmar foi eleito, pois conseguiu votos em outras cidades do DF, tendo obtido no total 12 mil votos.

Em 1998 a Sra. Marlene é nomeada assessora no gabinete do governador eleito Joaquim Roriz, tendo ficado neste cargo por cinco meses. Neste período se desentende com José Edmar, seu antigo aliado. Neste momento, ela reconstrói sua casa na Estrutural, pois a primeira tinha sido derrubada no governo de Cristovam Buarque. Novamente sua casa é derrubada, agora no governo Roriz. Ela tenta recuperar o lote na justiça, mas não consegue. Em 1999 ela e o marido João Joaquim mudam-se de residência para os Estados Unidos. Com essa mudança dos responsáveis, a Asmoes fica seis meses abandonada[7].

Em 2000, o deputado José Edmar criou a Associação Pró-Criação da Vila Operária da Baixa Estrutural (Aproviles). A presidência dessa associação foi exercida por aliados deste deputado até o ano de 2003. Logo após deixarem a presidência desta associação ocupam cargos na Administração local.

Nos momentos que antecederam as eleições de 1999, Joaquim Roriz, candidato ao cargo de governador novamente, visando criar bases eleitorais para sua candidatura, prometeu a regularização da ocupação, fato que aconteceu somente em 2002, quando o presidente da Câmara Legislativa do DF, deputado distrital Gim Argello, sancionou o projeto de lei complementar nº 530, apresentado pelo Deputado Distrital José Edmar, regularizando a ocupação da Estrutural, assumindo a responsabilidade que o governador Joaquim Roriz, por questões políticas e por tratar-se de ano eleitoral, preferiu delegar a outro. Este projeto criou a Vila Estrutural declarando-a como Zona Habitacional de Interesse Social e Público – ZHISP. No entanto, esta lei foi revogada e declarada inconstitucional, pois era de competência do

7 Comunicação pessoal. História contada por um morador da cidade.

Governador legislar sobre tal matéria, conforme previsão contida na Lei Orgânica do Distrito Federal (Corrêa, 2002).

Em 2003, a cidade contava com 25.132 habitantes vivendo no local sem nenhuma infraestrutura, com fornecimento de água e energia elétrica de forma precária. Por sua vez, a cidade tinha cerca de vinte e cinco associações comunitárias (Apêndice C), dirigidas por lideranças fortes, politizadas e atuantes; contando ainda com 19 Prefeitos de Quadra com significativos poderes de mobilização, com o objetivo de lutar pelos interesses e direitos dos moradores. (DF, 2004).

Em janeiro de 2004, o Scia foi transformado na Região Administrativa XXV - Lei nº 3.315, tendo a Estrutural como sua sede urbana e também contando com a Cidade do Automóvel, onde está localizada a sede da Administração Regional.

No dia 19 de abril de 2004, foi realizada audiência pública para divulgação do Estudo de Impacto Ambiental para a área da Estrutural que, dentre as suas recomendações, fixa a população atual, desde que seja executado um plano radical de reurbanização e sejam tomadas medidas de controle ambiental, como a desativação do aterro controlado e a criação de uma zona tampão entre o assentamento e o aterro, reduzindo a pressão sobre o PNB.

Em janeiro de 2006, o Governador do Distrito Federal sancionou a Lei Complementar nº 715 tornando a Vila Estrutural Zona Especial de Interesse Social - Zeis[8]. Assim foi possível a implementação do Programa Brasília Sustentável (Contrato 7326).

De acordo com o artigo 4º da Lei complementar 715/2006, o projeto urbanístico do parcelamento urbano deve contemplar as restrições físico-ambientais e medidas mitigadoras recomendadas pelo EIA/Rima e que integrem a licença ambiental, devendo, em conseqüência, ser removidas as edificações erigidas em áreas consideradas de risco ambiental.

No dia 19 de novembro do presente ano, o atual governador do DF, Agnelo Queiroz, assinou o decreto de regularização, assim a cidade passa definitivamente a ser reconhecida e pode receber os equipamentos públicos que faltavam, como creches, escola técnica entre outros.

8 Espécie de zoneamento dentro do qual se admite a aplicação de regras especiais de uso e de ocupação do solo em áreas já ocupadas ou que venham a ser ocupadas por população de baixa renda. Estas regras devem ser aplicadas pelos municípios para atender às diretrizes da política urbana, previstas nos incisos XIV e XV do artigo 2º da lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade), contemplando instrumentos de regularização fundiária e de urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda, mediante a simplificação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo e das normas edilícias.

Atualmente, a população da cidade está estimada em 25.732 habitantes, de acordo com a Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – Scia - Estrutural – Pdad 2011 (DF, 2011).

Na cidade existem hoje, além das associações civis estabelecidas desde as primeiras ocupações, as prefeituras de quadras e a administração da cidade. No decorrer dos anos, outras associações foram se constituindo, como o Movimento de Educação e Cultura da Estrutural (Mece) que agrega a Marcha Mundial de Mulheres e o Ponto de Memória da Estrutural; existe ainda a Associação Viver, Associação Mãos que Criam e o Coletivo da Cidade, entre outras.

Atualmente, por iniciativa do Mece, um banco comunitário[9] está se instalando na cidade, além de uma gráfica popular, com o apoio da Embaixada da Argentina. Com relação ao banco comunitário, ele pode ser considerado uma alavanca para o desenvolvimento local, sendo movido por cooperação e solidariedade entre os membros da comunidade. Sua implantação ocorre com o apoio do Núcleo de Economia Solidária da Universidade de São Paulo (USP) e pela Associação Ateliê de Idéias do Espírito Santo, além do apoio do Fórum de Economia Solidaria do DF e Entorno.

3.2 Conflitos socioambientais

Por conflitos ambientais, Acselrad, assim o define:

> Os conflitos ambientais são, portanto, aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio ameaçada por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos – decorrentes do exercício das práticas de outros grupos (2004, p. 26)

Tomando por base este conceito e partindo do princípio que a "sociedade é plural e permeada por diferentes visões de mundo, interesses, necessidades distintas" (LOUREIRO, 2004b, p. 8) vimos instalado na cidade Estrutural, desde as primeiras ocupações, um conflito ambiental. De um lado ambientalistas, responsáveis pelo PNB e o próprio governo do DF que eram contrários à fixação da população naquele espaço, por outro lado, a população reivindicava o direito à moradia e insistia na sua permanência no local. Este conflito deixou

9 São projetos de apoio a economias populares, prestam serviço financeiro solidário em rede de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda promovendo a economia solidária. Os bancos comunitários são de propriedade da comunidade, que também é responsável por sua gestão.

marcas na população que não entendia o porquê de serem preteridos a uma área de preservação. Estas marcas foram evidenciadas durante a entrevista realizada com os moradores da cidade para recolher subsídios para a presente pesquisa. O processo de regularização da cidade seria uma oportunidade para a resolução deste conflito, da possibilidade de uma convivência pacífica entre a população e o meio ambiente natural, além da construção de uma cidadania ativa e emancipação dos moradores que poderia ser alcançada por meio da participação nos programas de EA propostos e também nos processos instalados para a regularização.

A seguir apresentaremos o Programa Brasília Sustentável, assim como o PIVE e os subprogramas de Educação Sanitária e Ambiental para a compreensão das propostas governamentais com referência às questões dos recursos hídricos do DF.

4 PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL

Em fevereiro de 2006, o governo do Distrito Federal iniciou os projetos integrantes do Programa Saneamento Ambiental e Gestão Territorial do Distrito Federal – Brasília Sustentável, com o objetivo de "assegurar a qualidade dos recursos hídricos do Distrito Federal e entorno, promovendo a melhoria das condições de vida da população e a gestão sustentável do território" (DF, 2005, p. 1). Este programa, com forte viés ambiental e social, contou com a participação do Banco Mundial, tendo sido negociado e avalizado pelo Governo Federal.

O Banco Mundial, principal agente financiador deste projeto, que pode ser considerado de grande alcance social e de desenvolvimento, tem exigido que haja participação da comunidade nos projetos, além do cumprimento de rigorosos critérios ambientais e que, também, contemplem a Educação Ambiental do público beneficiário.

O Programa possui quatro componentes de intervenção, além do componente de gerenciamento – obrigatórios para qualquer programa de financiamento do Banco Mundial:

- Componente I - Políticas de desenvolvimento institucional

O objetivo deste componente é a capacitação de quadros técnicos, aparelhamento técnico, disseminação de informações e proposição de novos instrumentos de gestão. Está dividido em três subcomponentes: Gestão Territorial; Gestão Ambiental e de Recursos Hídricos e; Gestão de Saneamento Ambiental. Algumas ações implementadas neste componente foram o sistema de georeferenciamento da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente (Seduma), o projeto do Zoneamento ecológico-econômico do DF (ZEE), o rezoneamento da APA de São Bartolomeu, a reestruturação do Serviço de Limpeza Urbana (SLU);

- Componente II - Inclusão social e redução da pobreza

Os objetivos principais deste componente são a redução da pobreza e a inclusão social. É composto por dois subcomponentes: Projeto Integrado da Vila Estrutural e Apoio aos catadores de lixo do Aterro do Jóquei Clube.

- Componente III - Proteção de recursos hídricos

O objetivo deste componente é diminuir a poluição dos recursos hídricos da Bacia do Paranoá – DF com o objetivo de assegurar a oferta de água para o futuro, além de proteger os mananciais de atividades poluidoras. Para isto foi previsto a implantação das obras de

infraestrutura a serem desenvolvidas nas cidades Estrutural e Vicente Pires e desativação do aterro controlado do Jóquei Clube.

- Componente IV

Neste componente estão contempladas as atividades de gestão, monitoramento e avaliação do Programa: fortalecimento e capacitação institucional para implementação e monitoramento do Programa, e auditoria independente (DF, 2005).

A título de esclarecimento a respeito deste programa, inicialmente estava previsto o saneamento ambiental da cidade de Águas Lindas – GO, com ações no sistema de abastecimento de água, esgotamento sanitário e alteamento do nível operacional da barragem do Descoberto. No entanto, em virtudes de problemas fundiários na cidade, não foi possível incluí-la no mesmo.

O valor total dos investimentos do Programa Brasília Sustentável, quando da assinatura do contrato foi de U$115 milhões de dólares. Deste valor, U$57.643 milhões de dólares referem-se ao empréstimo concedido pelo Banco Mundial e o valor restante de contrapartidas.

Do empréstimo do Banco Mundial, 34,2 milhões de dólares foram para a implantação do PIVE (89,1% dos recursos necessários); 6,6 milhões de dólares para o fechamento do aterro do Jóquei Clube e abertura no novo aterro sanitário, (100% dos recursos necessários); e 5,4 milhões de dólares para o gerenciamento do programa (100% dos recursos necessários).

O programa recebeu do Banco Mundial a classificação de Categoria Ambiental “A”, que significa ser um o projeto com impactos socioambientais adversos potencialmente significativos que são diversificados, irreversíveis ou sem precedentes. Pelas características do projeto foram ativadas as seguintes salvaguardas: Avaliação Ambiental (PO 4.01); Habitats Naturais (PO 4.04); Reassentamento involuntário (PO 4.12) e Segurança de Barragens (PO 4.37).

Como o interesse deste estudo é o PIVE, no próximo item descreveremos suas principais características, assim como os planos de relocação e reassentamento dos moradores.

4.1 Projeto de Intervenção da Vila Estrutural - PIVE

O PIVE foi a principal intervenção do componente II - Inclusão Social e Redução de Pobreza do Programa Brasília Sustentável. A finalidade da mesma foi a regularização fundiária do local com ampla participação da população.

O PIVE tinha em vista o desenvolvimento sustentável (DS) da Estrutural, que seria alcançado com ações de urbanização da área e de seu entorno, melhoria da qualidade de habitações, saneamento ambiental, gestão territorial e de recursos hídricos e fortalecimento institucional dos gestores locais, acrescentando ações voltadas para a inclusão social dos moradores.

Os documentos pesquisados não trazem o conceito de DS do projeto, apenas relatam algumas ações que levariam a este DS. Analisando estas ações descritas, por inferência, chegamos à descrição veiculada no Estatuto da cidade "garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações" (BRASIL, 2001).

Este trabalho, assumiu o conceito de DS formulado por Alan Lipietz (2002)[10] apud Bueno, 2007: "Desenvolvimento sustentável é o que permite satisfazer as necessidades das gerações atuais, começando pelos mais carentes, sem comprometer as possibilidades de que gerações futuras também possam satisfazer as suas (Lipietz, 2002, p.22)". O autor inclui o elemento "mais carentes" no conceito oficial publicado no relatório "Nosso Futuro Comum".

O foco do PIVE foi o desenvolvimento e implementação do projeto urbanístico definido, segundo o projeto, junto com a população, de acordo com o instrumento jurídico-urbanistico da Zona Especial de Interesse Social – Zeis, e das obras de infra-estrutura para abastecimento de água, esgotamento sanitário, energia elétrica e iluminação pública, abertura e pavimentação das ruas, coleta de resíduos sólidos e drenagem pluvial, complementadas pela construção de habitações e equipamentos comunitários.

De julho a outubro de 2007, a empresa Companhia Brasileira de Projetos e Empreendimentos (Cobrape), foi contratada para elaborar o projeto urbanístico da cidade e realizou uma pesquisa com 903 famílias da cidade que teve como objetivo a identificação das famílias que foram relocadas na Estrutural e no Núcleo Rural Monjolo (PAIVA, 2007).

---

10 LIPIETZ, Alain. A ecologia política, solução para a crise da instância política? In: ALIMONDA, H. (Compilador). **Ecologia política, naturaleza y utopia**. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

Na definição do projeto urbanístico, famílias foram relocadas e/ou reassentadas, seja por ocuparem locais de riscos seja por questões urbanísticas. Foram identificadas 903 famílias/comerciantes/prestadores de serviços que deveriam ser relocadas e/ou reassentadas. Foram incluídos neste processo os moradores do Setor de Oficinas; das Grandes Áreas, de algumas quadras urbanas, das Chácaras Santa Luzia, dos Pioneiros e Cabeceira do Valo.

Foram construídas 1.290 unidades habitacionais com 40m^2 com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)[11] para abrigar as famílias que foram relocadas em função do projeto urbanístico. Estas casas foram construídas ao lado do Aterro Controlado Jóquei Clube e de uma bacia de contenção do chorume[12], estando estas famílias relocadas sujeitas a doenças, acidentes, contaminações entre outros, que possam ser provocadas por este aterro (DF, 2006).

Os moradores das chácaras foram relocados em julho de 2008 para o Núcleo Rural Monjolo, no Recanto das Emas – DF. Cada chacareiro recebeu uma área de 20.000m^2. A promessa do GDF era de que seriam reassentados em local com toda a infraestrutura pronta. No entanto, estes moradores foram praticamente deixados dentro de uma APP, sem licença ambiental aprovada, sem infraestrutura mínima de habitação, em barracos de lona e/ou madeira, com banheiros químicos. Nesta transferência estes moradores perderam laços de amizades e famílias foram separadas, fato observado por ocasião das entrevistas. Além dessas perdas afetivas, também tiveram prejuízos materiais, pois muitos perderam plantações e animais, pois nem todos puderam levar os seus animais. Muitos moradores depois deste reassentamento tiveram que ser relocados novamente pelo fato de estarem dentro da APP, denotando falta de compromisso com estes moradores que já tinham passado por um processo doloroso de perdas afetiva e financeira. Atualmente, estão residindo em unidades habitacionais de 40m^2, construídas com recursos do PAC (*ibid*, p. 25)

---

11 É um plano do Governo Federal que visa estimular o crescimento da economia brasileira através do investimento em obras de infraestrutura. O PAC foi lançado pelo governo Lula no dia 28 de janeiro de 2007.

12 Um líquido de coloração escura e de odor desagradável, originado da decomposição do lixo, é formado a partir das reações físicas e químicas a que os materiais depositados estão sujeitos, e da ação de microorganismos na decomposição da matéria orgânica presente em elevada concentração nos resíduos sólidos urbanos.

4.2 Programa de educação sanitária e ambiental

O Programa de Educação Sanitária e Ambiental do Programa Brasília Sustentável é composto por projetos que foram definidos em função da finalidade de prevenir riscos ou mitigar os prováveis impactos ambientais identificados no EIA/Rima (Anexo A).

O objetivo geral do programa é a "proteção das áreas de preservação ambiental (UCs, áreas verdes e parque) e dos recursos hídricos" (DF, 2005, p. 118). Esta proteção se daria por meio de ações de conscientização a respeito das vulnerabilidades ambientais da área e também sobre a melhoria da qualidade de vida que estas áreas poderiam propiciar à população.

O programa é constituído por três subprogramas direcionados para diferentes intervenções: Projeto de valorização da coleta seletiva; projeto de mobilização e educação sanitária para o sistema condominial de esgotos; e projeto de qualificação de agentes ambientais para preservação do PNB.

4.2.1 Subprograma de qualificação de agentes ambientais para preservação do PNB

O objetivo deste subprograma é promover a sensibilização ambiental da comunidade da Cidade Estrutural para lidar com as fragilidades ambientais, principalmente em função da proximidade da cidade com o PNB; orientar a população a respeito do uso correto dos recursos ambientais e da infra-estrutura implantada na cidade, assim como a sua capacitação para ao desenvolvimento de ações ambientais de preservação de forma autônoma e continuada.

Este subprograma é específico para os moradores da Cidade Estrutural e a responsabilidade institucional estaria a cargo da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarth) em articulação com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação do DF (Seduh) e pela Agência de Desenvolvimento Social (ADS), com custo previsto em US115.000,00 (cento e quinze mil dólares)

4.2.2 Subprograma de mobilização e educação sanitária para o sistema condominial de esgotos

O sistema de esgotos condominiais foi adotado na Cidade Estrutural e Vicente Pires e vem sendo implantado em outras áreas do DF desde 1991. Atualmente, 40% da população

do DF utilizam este sistema. A participação comunitária é a base deste sistema e a mobilização social é usada para informar a comunidade sobre o funcionamento do sistema. O projeto previa a Educação sanitária e ambiental formal, sendo que a informal seria implantada se não houvesse escolas na localidade seria desenvolvida em espaços alternativos. Na modalidade formal estava prevista a inclusão das escolas no projeto, com a possibilidade de integração dos conteúdos do projeto às atividades programáticas da escola, num período estimado de três meses a quatro meses envolvendo todas as turmas, com os seguintes temas: Sensibilização; resgate da história da comunidade; água, esgoto e lixo; relação saneamento/meio ambiente e meio ambiente: conceitos básicos.

No sistema de avaliação, ao final de sua implantação, o projeto previa seu desenvolvimento em duas etapas: num primeiro momento com representantes da comunidade e ao final, a utilização de questionários aplicados a todas as famílias.

A responsabilidade institucional do projeto caberia à Caesb num custo previsto de US 386.000,00 (trezentos e oitenta e seis mil dólares).

4.2.3 Subprograma de capacitação de catadores para valorização da coleta seletiva

O objetivo deste subprograma seria a capacitação da população envolvida com os serviços de seleção de resíduos no Aterro do Jóquei Clube (catadores de lixo) de modo a agregar valor à sua atividade e melhorar as condições sanitárias do trabalho.

As atividades desenvolvidas neste subprograma seria a identificação da população envolvida com a coleta de resíduos sólidos no DF e em especial no Aterro Controlado do Jóquei Clube; apoio a esta população para sua organização em cooperativas; assistência técnica para melhor desempenho técnico e econômico do processo de coleta, além do trabalho de prevenção de acidentes, medidas para redução de problemas com a saúde e minimização dos impactos na paisagem.

A responsabilidade Institucional seria do Serviço de Ajardinamento e limpeza urbana de Brasília (Belacap), num custo previsto de US 100.000,00 (cem mil dólares).

No próximo tópico serão apresentados as análises dos dados, assim como, a discussão e resultados dos mesmos.

5 ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste tópico será apresentada a análise e resultado dos dados coletados nas entrevistas buscando responder às perguntas e aos objetivos deste trabalho.

Para melhor entendimento dos dados a serem analisados foram definidos temas para análise sendo estruturado em três itens: Percepção a respeito dos problemas socioambientais; Participação no PIVE e Percepção a respeito do meio ambiente.

Serão feitos recortes das falas dos entrevistados, destacando os pontos mais relevantes, com vistas a facilitar a análise. Ao final das falas será colocada uma identificação numérica de cada entrevistado, não atribuindo características de gênero.

5.1 Percepção a respeito dos problemas socioambientais

Neste quesito pretende-se saber a percepção que os entrevistados têm a respeito dos problemas socioambientais locais, pois partindo dos objetivos desta investigação e da premissa de Bordenave que, "a qualidade de participação se eleva quando as pessoas aprendem a conhecer sua realidade, a refletir, a superar contradições reais ou aparentes" (1994, p. 72), neste tópico analisaremos a percepção que os moradores têm de sua realidade.

A cidade Estrutural nasceu com o lixo e junto com a população cresceu em proporções idênticas. Paralelamente, há a consciência de que, apesar de muitos moradores tirarem do lixo o seu sustento, este é considerado por 35 entrevistados de um total de 42, um dos maiores problemas da cidade. Afirmaram que a saúde dos moradores é a maior prejudicada, seja por inalarem gás metano, seja por conviverem com insetos, roedores e animais exóticos comumente encontrados neste ambiente. Além do chorume contaminar o lençol freático[13], afeta as nascentes, o PNB e falaram até mesmo a respeito preconceito que enfrentam por viverem ao lado de um "lixão" Além de todos estes problemas relataram casos de conflitos que são finalizados com brigas, atropelamentos dentro do aterro controlado[14] e assassinatos.

13 É um lençol d'água subterrâneo que se encontra em pressão normal e que se formou em profundidade relativamente pequena

14 Caracteriza-se pela disposição do lixo em local controlado, onde os resíduos sólidos recebem uma cobertura de solos ao final de cada jornada. Não possui impermeabilização do solo e utiliza alguns princípios de engenharia na sua operação, como cercamento da área, drenagem de chorume e de águas pluviais, além da queima do gás metano.

> *Na época de chuva, o mau cheiro espalha, toma conta da cidade, à noite, fica insuportável a ponto de não conseguirmos dormir [...] Agora, no início da primavera, é a época em que começam a aparecer moscas, mosquitos...* (Entrevista - Morador 3)

> *O lixão nos afeta em todos os aspectos, desde o psicológico e até fisicamente. Quando falamos que moramos na Estrutural as pessoas pensam que moramos dentro do lixão. [...] Além da proliferação de insetos, ratos, [...] doenças respiratórias, micoses, que ao longo dos anos vamos percebendo acontecer.* (Entrevista – Morador 4)

> *[...] além de estar contaminando o lençol freático, o gás está causando poluição; também existem os problemas de saúde dos catadores, como doenças de pele e estômago. Conheço uma moça que caiu todo o cabelo dela. [...] outros já perderam pernas, muitos já morreram, além dos acidentes com caminhões e assassinatos que acontecem dentro do lixão.* [...] *São situações que nenhum ser humano deveria estar sendo submetido*. (Entrevista – Morador 7)

> *Uma grande parte dos moradores daqui tem problema de asma, conheço famílias inteiras que foram obrigadas a mudarem daqui por causa desta doença. Na minha família todos têm asma. [...] eu acho que a asma aqui é ocasionada pelo forte odor do lixão que se espalha por toda a cidade.* (Entrevista - Morador 37)

Sobre os demais problemas que enfrentam na cidade, além do aterro, o lixo espalhado pela cidade foi lembrado. Percorrendo as quadras e ruas percebem-se a dimensão desta problemática.

> *[...] Moradores, indústrias, empresas acham que a Estrutural é todo um lixo, muitas vezes, à noite, jogam seus entulhos, podas de árvores, restos de concreto, lixo orgânico nas ruas. Por mais que a Administração, o SLU, enfim, o governo tenta combater isso, eles insistem em chegar a qualquer área da Estrutural e jogar estes lixos* (Entrevista - Morador 4)

> *Temos as pessoas que jogam lixos na rua, muito entulho jogado em lugar indevido [...] falta conscientização, da criança ao adulto.* (Entrevista - Morador 24)

Durante a realização das entrevistas ficou evidenciado na fala dos entrevistados, que a administração da cidade periodicamente faz mutirão para retirada de entulhos, garis limpam as ruas, a coleta de lixo está regularizada na cidade. No entanto, a cidade continua suja, repleta de lixos. Em qualquer parte da cidade você a encontra suja.

Outra reclamação dos moradores é quanto à disposição dos equipamentos públicos na cidade. Com a regularização ficaram quase todos concentrados na entrada da cidade

deixando a periferia sem qualquer benefício. Segundo uma moradora foi feito uma maquiagem, o interior da Estrutural ainda necessita de muitas melhorias, não está muito diferente daquela cidade antes da regularização com barracos de madeira e esgoto correndo a céu aberto, o que demonstra que o processo de urbanização foi incompleto e concentrado no centro da cidade.

> *Faltam muitos equipamentos públicos para os moradores, como, creche, delegacias de mulheres, idosos, e crianças, mais escolas, além de lazer e segurança pública. Eu não tenho muito a reclamar, pois* ***moro ao lado de nove*** *equipamentos públicos.* (Entrevista – Morador 7)

> *Hoje, os moradores reclamam que todos os equipamentos foram construídos apenas no início da cidade, Escola, Centro Comercial, CRAS, Justiça Eleitoral, tudo beneficiando o início da cidade e esqueceram as áreas mais antigas da cidade.* (Entrevista – Morador 21)

> *Vi de que jeito ia ficar a frente da Estrutural. Aí eu reclamei, porque eu sou "reclamona", lá na frente está a coisinha mais linda, mas vai ver lá dentro: ruas sem saída, sem asfalto, esgoto que não presta.* (Entrevista – Morador 33)

De acordo com estas entrevistas, chega-se à conclusão da existência de duas Estruturais, uma com toda infraestrutura pronta, com os equipamentos públicos necessários, sobrados, comércio pujante e a outra, com ruas sem calçadas, barracos de madeira, sem rede de esgotos implantados, com a população deixada à própria sorte.

Com relação à infraestrutura, os problemas continuam. As calçadas cheias de entulho, com buracos, isto é, quando existem, pois nem todas as ruas possuem calçadas. Muitos moradores voltaram a utilizar fossa séptica, pois a rede de esgoto vive entupida, as águas pluviais não escoam.

> *A Rede de esgoto ficou muito mal feita, nem todas as casas, em várias quadras, ainda não foram autorizadas a utilizar a rede e já está estourando, a largura do cano é muito estreita, as ruas ficam alagadas e com mau cheiro do esgoto. A tubulação não está suportando o volume de esgoto.* (Entrevista – Morador 3)

> *Em meados de 1996, na transferência dos moradores do espaço onde se localiza hoje a cidade dos automóveis para o atual, houve um acompanhamento, uma preocupação em fazer os traçados da cidade, mesmo assim as ruas ficaram estreitas, lotes muito pequenos. [...]*

> *Houve luta para que os lotes fossem maiores, para que as ruas fossem mais largas.* (Entrevista - Morador 4)

> *Fiquei mais de mês sem poder usar banheiro, não podia usar a pia [...] acabei de fazer uma fossa em casa porque o esgoto não funciona [...] minha rua não tem saída [...]* (Entrevista – Morador 33)

O retorno do uso de uma fossa pode ser considerado um fator preocupante, pois a implantação da rede de esgotos na cidade foi justamente para evitar a contaminação do solo. O sistema condominial implantado "requer um conjunto de ações que envolvem mobilização, educação, organização e participação da comunidade, setor público e das concessionárias em novas formas de gestão e manutenção dos equipamentos" (KILSSON, 2008), e não foi o que aconteceu na cidade, pois o Programa de Educação Sanitária e Ambiental previsto não foi implementado.

A contaminação do lençol freático também é um tema muito lembrado nas entrevistas, como indicam também as pesquisas realizadas pela Universidade de Brasília, Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal (Caesb) e agora, recentemente, pelo Serviço de Limpeza Urbana (SLU), é fato comprovado (FRANCO, 1996; BERNARDES, PASTORE, PEREIRA, 1999; CARNEIRO, 2002). A respeito disso, observou-se que a água é um bem natural e escasso, e que futuramente pode-se ter sérios problemas de abastecimento. Um morador falou a respeito da utilização das águas do Lago Paranoá para abastecimento, o que pode ocorrer num futuro bem próximo. Logo, convém reforçar, que um dos motivos da regularização da Estrutural é justamente esse, a preocupação com a contaminação do lençol freático da bacia do Paranoá, que tem como uma de suas causas a urbanização de Brasília de forma desordenada.

> *[..] a questão do próprio lixão, é o mais grave que tem, nossas nascentes estão sendo todas poluídas com o chorume. As águas do Lago Paranoá futuramente serão utilizadas para consumo [....].* (Entrevista – Morador 24)

Quanto às questões de mobilidade espacial na Estrutural, é preciso muito cuidado ao dirigir um carro, pois suas ruas são estreitas, com calçadas também estreitas, repleta de lixos e entulhos, ou às vezes utilizadas como extensão das casas, constituindo um sério perigo para a população. Os condutores dos veículos, na maioria das vezes, precisam fazer manobras para deixar outro condutor passar do lado oposto ao seu. Dividem a rua com carrinhos de bebê, homens, mulheres e crianças caminhando no meio da rua, cadeirantes, cachorros, carroças,

bicicletas. Condutores de caminhões de lixo, que são proibidos de circular pela cidade, parecem disputar uma corrida na avenida principal, não se preocupando com a segurança dos pedestres. Isto explica os constantes atropelamentos que lá ocorrem. A falta de compromisso da administração local com a cidade é grande e soluções simples como organizar o trânsito são negadas à população. Os entrevistados também falaram a respeito dessa situação:

> *Eu acho que acontecem muitos acidentes nas ruas, isto porque as vias foram mal projetadas e, ainda, existe muita circulação de caminhões na cidade, geralmente em espaços estreitos.* (Entrevista – Morador Monjolo 16)

> *[...] Os esgotos estão todos estourados pela rua, o asfalto recém colocado é de péssima qualidade, postes estão no meio da rua, não tem espaço para dois carros pequenos passarem.* (Entrevista - Morador 18).

> *O projeto apresentado era excelente, mas na prática deixou a desejar. Era bonito, arborizado, o que se vê agora é a cidade sem um pé de árvore. [...] Diziam que as ruas teriam que ter espaço prá dois carros e calçada de um metro e isso não foi feito, as pessoas são obrigadas a andar pela rua e acaba sendo atropelada. (*Entrevista - Morador 20)

5.2 Participação no PIVE

O Banco Mundial, principal agente financiador do Programa Brasília Sustentável, exige a participação da população nos projetos por ele financiados, como uma das exigências para a concessão de financiamento, além das salvaguardas ambientais.

Embora todo documento seja permeado pela palavra "participação", para o Banco Mundial e para um governo do DF, o que ela significa? Assim, Loureiro afirma que:

> Sobre a participação, em termos conceituais, existem pelo menos três grandes eixos (liberal, revolucionário e democrático radical) em que a prática expressa tais significados [...] com ênfases diferenciadas: no indivíduo, em sua capacidade 'espiritual' de fazer escolhas racionais e na independência da sociedade civil em relação ao Estado, privilegiando a esfera privada (liberal); na produção coletiva, na organização popular e nos partidos de massa como base para a ruptura com o capitalismo (revolucionária); no fortalecimento da cidadania, dos movimentos sociais e da democracia substantiva (democrático radical). Assim, não podemos ser inocentes e achar que o sentido de participação preconizado pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial é similar ao promovido pelo MST, pelo Fórum Social Mundial; ou ainda considerar que a participação é sempre vista nos documentos resultantes das conferências da Organização das Nações Unidas (ONU) como base para a transformação societária. (2004a, p. 75).

Vive-se em uma sociedade que é pouco participativa, na qual se transfere o poder de decidir para o outro e na qual não se gosta de enfrentar discussões e conflitos decorrentes de um processo participativo. Além dessas dificuldades, o Estado se alia a sistemas de interesses em detrimento dos sistemas de solidariedade, limitando a participação popular quando ela representa um perigo aos seus interesses (BORDENAVE, 1994).

A análise das entrevistas realizadas na cidade Estrutural a respeito da participação dos moradores no período de implantação do PIVE pode servir para detectar se a comunidade participou, como participou e se as pessoas tiveram vontade de participar, mas não encontraram espaço para sua participação.

Historicamente, desde as primeiras ocupações na Estrutural, ainda no local onde hoje está instalada a Cidade dos Automóveis, a vida dos moradores tem se pautado por lutas e resistências, que se traduziram em participação social. Entretanto, no PIVE, entre os entrevistados, percebe-se que a participação foi mínima.

De acordo com o GDF:

> A metodologia de trabalho social utilizada na Cidade Estrutural adotou linha de ação que resultou na participação comunitária em todas as fases do PIVE. As ações do Programa de Trabalho Social tiveram como diretriz acompanhar todo o processo de intervenção, desde o cadastro e a formulação da proposta urbanística, até a elaboração dos projetos de urbanismo e de infra-estrutura, que foram apresentados em duas audiências públicas e em inúmeras reuniões na comunidade (DF, 2006, p. 58).

Segundo os entrevistados, não houve participação cidadã. As reuniões foram sempre informativas e que quando apresentavam alguma sugestão, ela nunca era aceita, simplesmente era ignorada.

> *Era aquela multidão de pessoas lá prá ouvir uns técnicos falando de que havia esse projeto para beneficiar a comunidade e para isso o povo tinha que assinar o papel, só isso.* (Entrevista - Morador 2)

> *Num primeiro momento, quando se começou a discutir a regularização da cidade (gestão de Roriz) nossa participação era maior, mesmo assim as pessoas que aqui vieram fizeram mais um trabalho de convencimento.* (Entrevista - Morador 4)

> *Era uma bagunça e no final a gente nem sabia o resultado da reunião. Rola muito jogo político, havia muitos conflitos e ficávamos no meio das discussões. Havia muitas discussões, brigas e bate boca. Você vai como telespectador, já está decidido, resolvido e pronto. Resultava em que? Em nada, eles resolviam tudo.* (Entrevista - Morador 26)

Cabe aqui um esclarecimento, de que tipos de participação estão falando? De acordo com Bordenave, quando descreve os graus de participação, "*o menor grau de participação é o de informação*" (1994, p. 31), neste grau existe apenas a informação sobre as decisões já tomadas.

Jatobá (2001) e Quintas (2006) também dizem que a participação, às vezes, significa na prática, para alguns governos, a adesão ou aceitação da comunidade a uma proposta previamente elaborada pelos técnicos que, por meio de estratégias adequadas, convencem as pessoas a aceitarem a proposta.

No caso do Programa Brasília Sustentável somente sete entrevistados conheceram o Programa, enquanto 35 não. Em relação ao PIVE, cinco conheciam e 37 não tiveram conhecimento de nada, estes dados indicam a não participação da população. No decorrer das entrevistas tivemos que explicar sobre o Programa Brasília Sustentável e o PIVE àqueles que desconheciam essas propostas.

Dos quatro entrevistados que conheciam o Programa Brasília Sustentável e o PIVE, três eram militantes da Prefeitura Regional Comunitária, mesmo assim, o conhecimento era superficial, pois eles disseram que não leram os documentos em sua totalidade. Ficou evidenciado nas entrevistas o desconhecimento a respeito do componente II sobre a Inclusão Social que tratava de dois subcomponentes distintos: o PIVE e o Apoio aos catadores de lixo do Aterro do Jóquei Clube.

> *Conheço superficialmente [...] depois de ver seu trabalho, acho que não aprofundamos como devíamos este estudo, esta discussão, nem para com a comunidade nem para conosco mesmo, se tivéssemos estudado, aprofundado teríamos feito diferença e não conseguimos por falta de informações, talvez.*
> *[...] não conheci o PIVE com profundidade, a gente sabia que tinha 8 milhões de dólares de empréstimo do Banco Mundial para a transferência do lixão e nestes anos todos, mais ou menos 8 anos ouvíamos "conversas" sobre a retirada do lixão, nunca tinha percebido que existiam dois projetos, pensávamos que era apenas um, que estava tudo incluído, ai foi a nossa falha, se tivéssemos aprofundado mais talvez tivéssemos feito diferença.*
> *[...] Hoje eu vejo que fazíamos o trabalho artificialmente, embora fizéssemos com o coração, quando víamos que alguma coisa estava errada ou que o governo não estava fazeno o que era necessário ser feito, quando dizia que estavam discutindo com a gente e na realidade não estavam. Daí, é uma falha mesmo dos movimentos sociais em não estudar com profundidade as leis, acho que cometemos este erro.* (Entrevista – Morador 8)

Quase todos os entrevistados “não participaram” ou tiveram “pouca participação” nas reuniões, exceção feita aos militantes de movimentos sociais e de um morador, não militante.

Quanto à participação em reuniões realizadas nas quadras, a totalidade dos entrevistados disse que não participou.

> *Não fizeram reunião por quadra, eles abriram um escritório na quadra 4 e faziam reuniões lá.* (Entrevista - Morador 3)
>
> *Não, na minha não. [...] agora entendo o objetivo da criação de prefeituras de quadra, onde na época, o governador indicava os prefeitos que serviram para dar aval ao governo nas mudanças que seriam implantadas nas quadras.* (Entrevista – Morador 8)
>
> *Não teve reuniões em quadras, foram realizadas na área especial* (Entrevista – Morador 41).

Na fala do morador oito, percebemos o que Kliksberg, 2005, aponta como um dos obstáculos à participação a tendência à manipulação da comunidade, neste caso, pode-se inferir uma possível tentativa de cooptação e de criar líderes que se prestam a seus interesses, para ser ponto de apoio ao projeto que estava sendo implementado.

Com relação à pergunta: se tiveram oportunidade de sugerir alterações e ajustes no projeto, a totalidade dos entrevistados respondeu que não.

> *As pessoas colocaram suas idéias, mas acredito que elas não foram aceitas, pois muitas coisas que estão acontecendo hoje na cidade são porque não ouviram nossas propostas. Exemplo disso é a avenida chamada Luiz Estevão que é um complicador para a Estrutural, pois acontecem muitos acidentes no local, inclusive com mortes.* (Entrevista – Morador 4)
>
> *Não, inclusive se nós tivéssemos participado das reuniões talvez não fossemos removidos da forma que foi feita. Fomos removidos de maneira truculenta, brusca, fomos pegos de supetão. [...] Alegavam que as reuniões eram somente para a área urbana.* (Entrevista - Morador Monjolo14)
>
> *Quem participou das reuniões e se aproximou mais, teve oportunidade de questionar, só não teve oportunidade de fazer algumas mudanças que precisaria ser feita. Só que não foi atendido. Algumas questões colocadas para mudar não foram atendidas. Ficou do jeito que estava até hoje.* (Entrevista - Morador 19)

> *Não tive oportunidade. Não abriram discussões. Até hoje eles continuam alterando o projeto sem discutir com a comunidade.* (Entrevista - Morador 41)

Neste quesito verifica-se nos depoimentos que houve interesse de participar por parte de algumas pessoas, no entanto, esta participação foi mínima, não eram ouvidos em suas indagações e havia pouca disponibilidade e/ou falta de interesse em ouvi-los, além da proibição de participação dos chacareiros nas reuniões, visto que não eram moradores da área urbana, conforme depoimento da entrevista 14.

Assim podemos deduzir que houve o que Klisksberg (2005) aponta, a subestimação dos pobres por gerentes de projeto que não acreditam na sua capacidade da comunidade em integrar os processos constitutivos de um projeto, devido às suas baixas escolaridades.

Segundo os responsáveis do PIVE, eles colocaram um escritório para esclarecimentos de dúvidas em relação ao projeto:

> Foi prevista a manutenção de um escritório local, no período de maio de 2006 até janeiro de 2008, onde foram realizadas reuniões e mantido plantão de esclarecimentos e informações à população, foi essencial para o estabelecimento de um canal de comunicação que deu credibilidade e legitimou o Projeto junto à comunidade (DF, 2006, p. 44)

As respostas dos entrevistados variaram entre "nem sabiam da existência deste escritório", e até, que este escritório tinha sido visitado com exaustão. Neste quesito, 35 entrevistados informaram que não procuraram o escritório.

> *Procurei uma vez, mas aí a pessoa que estava lá não sabia explicar. ele só estava lá para manter o escritório aberto, mas quem poderia dar mesmo as explicações, segundo ele, era outra pessoa que não estava no local.* (Entrevista - Morador 2)

> *Sim, visitamos, pois tínhamos muitas dúvidas a respeito da retirada das quadras, de inclusão de ruas. Consultávamos o mapa e não entendíamos, voltávamos para tirar as dúvidas, para entender aquilo, o que estava acontecendo e eles explicavam do jeito deles [..] Enquanto prefeitura comunitária, pedíamos muitas explicações para o governo distrital, federal, Banco Mundial.* (Entrevista - Morador 8)

> *O escritório era lá na Rua Luis Estevão. Fui olhar os mapas do projeto. Não foram construídos vários equipamentos públicos que estavam previstos no mapa como: creches, museu, biblioteca.* (Entrevista – Morador 20)

> *Sim, para tirar duvidas em relação a remoção comunidade, pois não foi atendida a lei do impacto de vizinhança, além de tudo, os moradores reassentados no Núcleo Rural Monjolo perderam o círculo de amizade que tinham aqui*. (Entrevista – Morador 41)

Com relação à participação para definir o projeto urbanístico, vejamos o que consta no PIVE:

> A participação da comunidade nas discussões com vistas à elaboração do Projeto Urbanístico foi iniciada de forma sistemática em maio de 2006. Os primeiros meses de trabalho foram dedicados à identificação dos desejos e anseios da população e esclarecimentos sobre os condicionantes urbanísticos, ambientais e legais que norteavam a regularização da Vila. Posteriormente a esta etapa, seguiu-se a fase de discussão das alternativas de Projeto, seja de desenho das vias, localização de equipamentos e desobstrução de áreas não passíveis de ocupação, com maior ênfase nas realocações/reassentamentos necessários (DF, 2006, p. 22)

As respostas de 38 entrevistados foram que não participaram na elaboração do Projeto Urbanístico, portanto, tal fato não coaduna com o exposto no PIVE. Dos entrevistados que participaram, dois falaram a respeito das dificuldades encontradas.

> *Participei de várias. Colocamos nossa preocupação em preservar árvores que existiam aqui. Não nos ouviram, derrubaram muitas. Av. 9 de julho, a questão da poligonal, o asfaltamento da via da DF-097. Esta via foi fechada por implicações ambientais.* (Entrevista - Morador 4)

> *A gente ia às reuniões, mas já estava tudo definido. Não tínhamos o poder de debater. No entanto, nós provocávamos. Solicitávamos audiências públicas, interferíamos nas assembléias realizadas na praça, fazíamos manifestações, mas não tínhamos o poder de mudar, de fazer diferente. Desta forma, não participei.* (v Entrevista - Morador 8)

> *Sim. Como morador participei de 45 reuniões que o BID exigiu para liberação das verbas para as construções que a cidade necessitava*. (Entrevista – Morador 20)

Este tipo de participação aconteceu, novamente, apenas no nível informativo, que conforme Bordenave (1994) é o nível mais baixo de participação, levando o entrevistado oito à conclusão que, de fato, não tinha participado, pois apesar das provocações, interferências e manifestações, não tinham o poder de debate nem de decisão.

Em dezembro de 2005, o Ibama emitiu a Licença Prévia autorizando o início das obras e apresentou 37 condicionantes ambientais para a regularização da Cidade Estrutural. Assim, perguntamos aos moradores se eles tinham participado da reunião para

esclarecimentos a respeito destas condicionantes. Foi esclarecido o que é condicionante ambiental aos entrevistados que desconheciam este termo. Neste item, 22 entrevistados disseram não ter participado da reunião. Com relação aos outros vinte entrevistados ora responderam que uma das condicionantes seria a retirada do "lixão"; ora era que as chácaras eram áreas de proteção ambiental; ora falavam da desativação da DF-097. As respostas mais consistentes partiram do grupo oriundo da Prefeitura Regional Comunitária, pois numa relação direta com o Ibama tiveram contato com estas condicionantes.

> *Eu tomei ciência das condicionantes. Passei para as pessoas, para que lessem e entendessem Um dos itens da condicionante era que as ruas não poderiam ter 7 metros. Se fossem cumprir à risca as condicionantes esta cidade ficaria maravilhosa. Não concordávamos em retirar as pessoas da quadra 12 e da Chácara Santa Luzia. Acabaram com a Rodovia 097.* (Entrevista - Morador 4)

> *Não houve, porque, nós da prefeitura comunitária sempre íamos buscar informações no Ibama, que foi um órgão muito odiado aqui. Quando começamos a entender o processo procuramos o Ibama para maiores esclarecimentos. [...] Procuramos pelo diretor do Ibama, que nos explicou a respeito da distância de 300m entre o parque e a Estrutural e de outras coisas que estávamos fazendo que dificultava a regularização.* (Entrevista - Morador).

> *Não houve. Numa comunicação direta com o Ibama tomamos ciência destas condicionantes que se tornaram pública numa AP, em dezembro de 2008.* (Entrevista – Morador 41)

Nestes relatos percebe-se que os militantes do movimento popular da cidade buscavam esclarecimentos a respeito da situação socioambiental a que estavam submetidos, mas a maioria da população continuava alheia às discussões e decisões tomadas. Além disso, havia recusa do Estado em regularizar a área e os moradores não entendiam exatamente o motivo, ficando evidente o conflito socioambiental existente na cidade.

Com relação à participação para definir relocação e reassentamento dos moradores, no GDF (2008), esta assertiva está descrita da seguinte forma:

> Foram realizadas reuniões para esclarecer grupos específicos de famílias afetadas, sobre os benefícios que receberão, o local e dimensões dos lotes onde serão realocados ou reassentados e os motivos que levaram a desocupação do local onde residem atualmente (DF, 2008, p, 61).

Os sete moradores pesquisados das chácaras dos Pioneiros e Santa Luzia, que foram reassentados, responderam que participaram dessas reuniões. Uma moradora da quadra 12 também afirma ter participado desta reunião, exceção feita aos chacareiros da Cabeceira do Valo, onde somente quatro foram reassentados, de um total de 24. O contato veio por meio de uma notificação para desocupar a área.

> *Aqui teve quatro chácaras removidas. Hoje se encontram jogados no Monjolo. Foram reassentados num local sem licença ambiental e tiveram que ser realocados no local [...] Não teve reunião. Agiram de forma arbitrária. Vieram numa sexta-feira dar notificação que a área deveria ser desocupada por 24 horas.* (Entrevista – Morador 19)

A respeito da participação em discussões a respeito do desenho das ruas, localização dos equipamentos públicos e desobstrução de áreas que não poderiam ser ocupadas, observamos que 32 sujeitos pesquisados não participaram desta reunião.

> *Enquanto íamos reclamar alguma coisa na prefeitura, outros moradores amavam porque estava chegando a urbanização na cidade. Não interessava se estava ficando uma rua com meio metro, que mal cabia um carro, que estavam derrubando a moradia do vizinho, sabe, ele conseguiu dividir a comunidade [...]. No lugar onde ele queria passar alguma via ele arrancou as pessoas à força, essa conversa de vir e falar: olha vamos fazer uma rua mais larga prá valorização do seu imóvel. Como é que a gente pode fazer? Esse cuidado ninguém teve, ninguém.* (Entrevista - Morador 8)

> *Não. Minha rua, ela é torta, moradores construíram suas casas no meio da rua, quando colocaram a água, foi feito tudo torto, não houve alinhamento das ruas, no começo a rua é larga, no final é estreita, tem postes, caixas de telefone e bueiros no meio da rua. [...] Quando vamos às reuniões não temos muito espaço, a gente fica com tanta vontade de falar e não podemos.* (Entrevista - Morador 9)

Percebe-se na falas das entrevistas oito e nove como foram realizadas as obras de regularização, sem nenhum cuidado básico, como alinhar as ruas, colocar os postes nos devidos lugares, denotando uma falta de desrespeito com os moradores, além do conflito instalado entre os moradores.

Com relação à urbanização da cidade, os moradores tinham uma expectativa muito grande, visto que eram sempre iludidos por políticos do GDF, com promessas nunca cumpridas. Nas descrições encontradas no EIA/Rima percebe-se o clima em que se encontrava a cidade às vésperas desse importante acontecimento:

> As lideranças locais, em entrevistas e reuniões, têm deixado bem claras suas expectativas com relação à "regularização" da Estrutural, tantas vezes prometida por representantes de todos os níveis do Governo Distrital. São, inequivocamente, radicais e inflexíveis nas suas reivindicações:
> 1-Aceitam relocações mínimas, essenciais para resolver problemas como o alinhamento de ruas, seu alargamento para permitir o acesso de veículos e outras medidas necessárias para implantação da infra-estrutura urbana e melhorias na qualidade de vida, contribuindo para a desfavelização da Vila Estrutural. 2-· Argumentam que os critérios de remoção devem estar embasados em dispositivos legais, interpretados nos seus aspectos mais flexíveis, adequando-os à característica de insustentabilidade do quadro atual. 3- · Recomendam que as decisões sejam tomadas "agora"; não admitem mais postergar a solução dos problemas. Em busca da "Cidade Perfeita", o Governo estaria negligenciando as soluções emergenciais para resolver conflitos sociais e problemas de saúde pública e ambientais graves. 4- · Existe localmente, de forma generalizada, uma predisposição para mobilizar uma resistência maciça às decisões contrárias às expectativas da comunidade, mesmo que isto represente confrontos até suas últimas conseqüências (DF, 2004, p. 299)

Diante destes depoimentos e de acordo com o EIA/Rima, a expectativa em relação à urbanização era grande. No entanto, isto não justifica a falta de cuidado dos órgãos públicos com a execução das obras, dando impressão que para o morador pobre "qualquer coisa serve". A participação dos entrevistados aconteceu apenas no nível informativo (BORDENAVE, 1994; JATOBÁ, 2001; QUINTAS, 2006). Uma verdadeira participação requer diálogo entre sociedade civil e Estado. Requer, ainda, o envolvimento da população em todas as etapas da execução de um projeto.

5.3 Percepção a respeito do meio ambiente

Sobre o que os entrevistados pensam a respeito do meio ambiente, a importância desta análise reside no fato de a Estrutural estar situada em um local sensível do ponto de vista ambiental, está cercada por UCs e ao mesmo tempo por um aterro controlado que é fator de degradação ambiental, além da pressão de uma área urbanizada super povoada. Com relação ao número de habitantes da cidade, a pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010 e Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan) em 2011 apontaram que a cidade possui, hoje, 25.732 habitantes. No entanto, a avaliação da administração da cidade é que este número já chegou a 45 mil habitantes.

Sobre a importância de cuidar do meio ambiente, todos os entrevistados disseram ser importante. Quando indagados percebe-se uma visão antropocêntrica da natureza além de preocupações éticas.

> *Acho que é importante, porque se não cuidamos do meio ambiente, não cuida das poucas árvores, das nascentes de córregos, como vai*

> *ser o futuro? Nossos filhos? Acho muito importante.* (Entrevista - Morador 13)
>
> *Acho que é importante porque é nosso futuro, das nossas crianças, de nossa saúde.* (Entrevista - Morador 16)
>
> *É importante porque se não cuidamos agora, futuramente como ficarão nossos netos?. Se todo mundo for destruindo as áreas de preservação, futuramente vai estar uma poluição total, vai ficar difícil ate para nossa sobrevivência.* (Entrevista - Morador 22)

Com relação à preservação do PNB, sobre se é importante cuidar do parque, a totalidade dos entrevistados respondeu que sim, e quando foi perguntado por que, demonstraram uma visão naturalista, evocando belezas cênicas, não comportando nesta representação as dimensões social, econômica e urbana.

> *Acho muito importante cuidar do parque, pois ele preserva a natureza, as aves, os animais.* (Entrevista - Morador 1)
>
> *É a única coisa que valeria a pena, ter um cuidado redobrado e envolvimento com o meio ambiente. Prá ficar mais bonito, para regularizar o clima.* (Entrevista - Morador 9)
>
> *É muito bonito. Preservar é bom por causa dos bichos e árvores.* (Entrevista – Morador 10)
>
> *Sim. É um lugar bonito, tem muitos bichos.* (Entrevista - Morador 12)
>
> *É um ambiente extraordinário, tem que existir estes polos de preservação. É um patrimônio para o futuro*. (Entrevista - Morador 24)

Nesta percepção o meio ambiente é visto como natureza, considerando apenas aspectos naturais. Inclui aspectos físicoquímicos, a fauna e a flora, mas exclui o ser humano deste contexto. O ser humano é um observador externo, mas a obrigação de cuidar da natureza é somente para a sobrevivência da espécie humana.

Com relação às Aries existentes na Estrutural, com a aprovação do Projeto Urbanístico de Parcelamento da Zeis Vila Estrutural, criada pela Lei Complementar nº 715, de 24 de janeiro de 2006 foram criadas as Aries Cabeceira do Valo e Estrutural, e um parque urbano em 2007. Dos entrevistados deste estudo, 33 não sabiam da existência dessas Aries. Os nove restantes sabiam vagamente da existência, ora de uma, ora de outra. A totalidade dos entrevistados não tinha conhecimento que as mesmas foram criadas pelo governador Arruda

por meio de um decreto. Atualmente estão sendo realizados os planos de manejo destas áreas pela empresa Greentec. Com relação ao que estariam dispostos a fazer para a preservação destas Aries, uma grande parte dos entrevistados quando pensa em uma ação ecológica, pensa em ações pontuais, como por exemplo, em plantio de árvores:

> *[...] Tenho muita disponibilidade prá fazer limpeza no córrego, fazer a sensibilização dos moradores enquanto moradora daqui o que não é muito fácil, pois tem pessoas ai que só pensam em falar que isso era balela, que quem não queria que o meio ambiente fosse tratado era quem não queria que a Estrutural se fixasse e isto gera confusão, quando tem alguém que quer, tem outros que acham que a gente não tá querendo que a cidade se regularize.* (Entrevista - Morador 8)
>
> *Eu ajudaria a plantar arvores. Fico triste quando vejo áreas detonadas, não é o governo, somos nós que temos que preservar*. (Entrevista - Morador 9)
>
> *Poderia fazer qualquer coisa que estivesse ao meu alcance, estou disposto a ajudar.* (Entrevista - Morador 24)
>
> *Poderia fazer qualquer coisa que for necessário para preservar, pois prá nós da Estrutural esta preservação é muito importante.* (Entrevista - Morador 25)
>
> *A comunidade junto com a administração poderia plantar árvores* (Entrevista – Morador 26)
>
> *Minha ação vai ser pautada na vontade da população. Seria importante que esta área servisse como registro da memória da população.* (Entrevista - Morador 39)
>
> *Recuperação da área com plantação de árvores do cerrado na beira do córrego, para deixá-la limpa, sem lixo* (Entrevista – Morador 42)

Com relação à EA, um entrevistado afirmou que se necessita urgentemente de EA, mas não como uma campanha esporádica:

> *Ultimamente os garis estão varrendo as ruas, mas está faltando conscientização. O sistema de águas pluviais está completamente entupido [...] Estão limpando, mas tem que ter conscientização e punição. O caminhão de lixo passa todos os dias e logo após os moradores colocam o lixo na rua novamente. As igrejas, as escolas têm ser visitadas, para um trabalho educação ambiental [....]. Não falar apenas uma vez. Centrar um esforço em cima disto e punir aqueles que jogam entulho nas ruas.* (Entrevista - Morador 24)

Neste caso, uma EA com propostas de educação popular e como um trabalho amplo, participativo, de forma continuada, de acordo com a EA crítica seria uma oportunidade para a

população se apropriar das discussões a respeito das questões ambientais. (LOUREIRO, 2004a; LAYRARGUES; LIMA, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa procurou analisar a proposta de EA do Programa Brasília Sustentável para compreender se a mesma promoveu a participação cidadã na resolução de conflitos socioambientais na cidade Estrutural. Com os objetivos específicos, pretendeu-se: compreender a percepção dos moradores da cidade Estrutural sobre os problemas socioambientais locais; averiguar se os moradores tinham conhecimento sobre o PIVE; compreender se os moradores tiveram participação na implantação do PIVE; analisar se as pessoas tiveram vontade de participar e se houve instâncias que permitissem sua participação e saber em que a população poderia colaborar para melhorar o meio ambiente local.

Os subprogramas de EA previstos não foram implantados na cidade, desta forma, os moradores não foram esclarecidos sobre o funcionamento do sistema condominial de esgoto, a Caesb continua tendo sérios problemas para que a população destine o esgoto corretamente. Com relação ao PNB, o mesmo continua sofrendo riscos devido a alta densidade populacional da Estrutural. Diante destas constatações não foi possível a análise da participação dos moradores nestes subprogramas.

No aspecto referente à percepção sobre os problemas socioambientais, a questão do lixo sobressai sobre demais problemas como a contaminação da água pelo chorume, mas os moradores aceitam a convivência com estes agravos, mediante uma atitude passiva, fato observado em relação ao lixo espalhado por todos os cantos da cidade.

Com relação ao conhecimento a respeito do PIVE, as entrevistas permitiram evidenciar o desconhecimento em relação ao mesmo, assim como, aos demais documentos a ele relacionados, como o Brasília Sustentável e EIA/Rima, que podem ter contribuído para a pouca participação. Maior motivação poderia ter existido se a população os conhecesse e pudesse dar outro rumo às discussões de questões técnicas, com argumentos sólidos e consistentes a respeito do assunto.

As reuniões com a participação da população, para esclarecimentos em relação às intervenções que seriam realizadas na cidade, aconteceram. A participação se deu no nível informativo. Percebeu-se pouco envolvimento dos entrevistados nas reuniões realizadas na cidade para esclarecimentos em relação ao PIVE.

Como as reuniões se deram no nível informativo, os moradores da cidade que participaram das mesmas não tiveram oportunidade de vivenciar práticas com metodologias participativas que poderia promover o exercício da cidadania e uma co-responsabilização dos

cidadãos com a infra-estrutura que estava sendo instalada no local. A ausência destas práticas pode ser explicada pela estrutura de poder ainda vigente na sociedade brasileira, que concentra as decisões nas mãos de uma elite minoritária e dificulta o acesso da população aos processos de tomada de decisões e de promoção de políticas públicas.

Para os que foram às reuniões, um dos fatores complicadores para a participação efetiva é que, geralmente a população se considera incapaz de entender as intrincadas questões técnicas que estavam sendo expostas a ela. Para que a população as entenda é necessário a sensibilidade dos gestores em adequar a linguagem do documento à do público alvo. A não aceitação de sugestões dadas pelos moradores que participaram também foi um fator que dificultou a participação dos mesmos.

Com relação à maioria dos entrevistados, que não participou das reuniões, isto pode ser explicado pela apatia e desinteresse da população em participar devido a reduzida cidadania e descrença em políticos e instituições, além das condições de desigualdade nos processos participativos entre Estado e cidadão.

Percebe-se uma empatia dos entrevistados com questões ambientais e da disponibilidade de colaborar para mitigar as ações antrópicas, mas seriam ações pontuais como plantio de árvores. Para reverter este entendimento, é necessário que haja uma intervenção de EA junto à população para desenvolver uma consciência crítica dos fatores que geram os problemas socioambientais.

Um último aspecto a ser enfatizado é a real necessidade de implantação de um programa de EA na cidade Estrutural, de caráter emancipatório, onde o processo pedagógico seja estruturado a partir da realidade da vida, do local, do cotidiano da comunidade, com metodologias baseadas nas propostas da Educação Popular, para a formação de sujeitos críticos que sejam capazes de participar e exercer sua cidadania. A implantação de um programa de EA na Estrutural pode ser reivindicada pela população, por setores organizados da sociedade, para que juntos às administrações das UCs da cidade e com apoio de Universidades do DF possam construir projetos, onde a organização do processo ensino-aprendizagem seja construída com os sujeitos nele envolvidos.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. **As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais**. In: Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará/ Fundação Heinrich Böll, 2004.

BERNARDES, Ricardo Silveira; PASTORE, Eraldo Luporini; PEREIRA, José Henrique Feitosa. Caracterização geofísica e geoquímica da área de disposição de resíduos urbanos "Aterro do Jóquei Clube" em Brasília – DF. In: **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental; AIDIS. Desafios para o saneamento ambiental no terceiro milênio**. Rio de Janeiro, ABES, 1999. p.1-12.

BORDENAVE, Juan E. Diaz. **O que é participação**? 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL. L**ei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000.** Regulamenta o artigo 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm. Acesso em: 12 de dezembro de 2011.

BRASIL. **Lei n. 10.257 de 19 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em 28 de novembro de 2011.

CARNEIRO, Gustavo Antonio. **Estudo de contaminação do lençol freático sob área do aterro de lixo do Jockey Club - DF e suas adjacências.** 2002. 123f. Dissertação (Mestrado Engenharia Ambiental) - Universidade de Brasília, Brasília.

CORRÊA, Kátia Simone Marscicano. **A ocupação urbana no entorno de unidade de conservação: omissão, descaso ou oportunismo? O caso da invasão da Estrutural no entorno do Parque Nacional de Brasília**. 2002. 189f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão Ambiental) - Universidade Católica de Brasília, Brasília.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. São Paulo: Cortez, 1986.

_____. **Pesquisa**. **Princípio cientifico e educativo**. 14.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

DISTRITO FEDERAL. **Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental**. Brasília: Terracap, 2004, 430p.

DISTRITO FEDERAL. **Programa Brasília Sustentável**. **Relatório de Avaliação Ambiental**. Brasília: Adasa, 2005.

DISTRITO FEDERAL. **Plano físico e social de relocação e reassentamento das famílias beneficiárias do projeto integrado Vila Estrutural**. Brasília, 2006.

DISTRITO FEDERAL. **Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios – Scia – Estrutural** - 2011. Brasília: Codeplan, 2011. Disponível em: http://www.codeplan.df.gov.br/sites/200/216/00000660.pdf. Acesso em 12 de dezembro de 2011.

DOSSIÊ DAS PRINCIPAIS DENÚNCIAS DO FÓRUM DE MONITORAMENTO DO PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL NA CIDADE ESTRUTURAL, BRASÍLIA-DF. Disponível em: http://forumestrutural.blogspot.com/ Acesso em 12/06/2011.

FERNANDES, Maria Lídia Bueno. **A Prática Educativa e o Estudo do meio: O Amapá como estudo de caso na construção do conceito de sustentabilidade**. 2008. 253f. Tese (Doutorado em Geografia Física). Universidade de São Paulo, São Paulo.

FRANCO, Heitor de Araújo. **Geofísica e química aquática aplicadas ao estudo da contaminação de recursos hídricos subterrâneos no aterro do Jockey Club, Brasília – DF.** 1996. 97f. Dissertação **(**Mestrado em Geologia Regional). Universidade de Brasília, Brasília.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5.ed., São Paulo: Atlas, 2007.

HERCULANO, Selene. **Cidadania, participação – A dinâmica da nossa inércia**. Disponível em: :http://www.professores.uff.br/seleneherculano/arquivos-selene/CIDADANIA%20para%20PGSD%20em%2025jan2011.pdf. Acesso em 12 de dezembro de 2011.

JACOBI, Pedro Roberto Espaços públicos e práticas participativas na gestão do meio ambiente no Brasil. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 315-338, jan./dez. 2003

JATOBÁ, Sérgio Ulisses. Gestão ambiental participativa. In: **Olhares Sobre o Lago Paranoá**. Org. Fonseca, Fernando Oliveira. Brasília: Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, 2001. 425p.

KILSON, Anna Rita Scott. **Esgoto condominial - Uma alternativa para universalização do serviço de esgoto no Brasi**l. Disponível em: http://164.41.2.88/omts/upload/2._ANNA_K.e.pdf. Acesso em 12 de dezembro de 2011.

KLIKSBERG, Bernardo. Como por em prática a participação? Algumas questões estratégicas. In: **Gestão pública e participação**. Salvador: FLEM, 2005. 192p.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Mapeando as macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental contemporânea no Brasil. In: **VI Encontro Pesquisa em Educação Ambiental**, 2011, Ribeirão Preto. VI Encontro Pesquisa em Educação Ambiental: a pesquisa em educação ambiental e a pós-graduação. Ribeirão Preto: USP, 2011. v. 0. p. 01-15.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Crise Ambiental, Educação e Cidadania. In: LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo, LAYRARGUES, Philippe Pomier, CASTRO, Ronado Souza de (Orgs.). **Educação Ambiental: Repensando o Espaço da Cidadania.**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. **Trajetória e Fundamentos da Educação Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2004a.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação ambiental e gestão participativa na explicitação e gestão de conflitos. **Gestão em Ação**, Salvador, v. 7, n. 1, 1-16, jan./abr., 2004b.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli, E.D.A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

PAIVA, Juliana Medeiros. **Direito à cidade no Distrito Federal: Inclusão e exclusão de famílias de baixa renda – O caso da Vila Estrutural**. 2007. 95f. TCC (Bacharel em Serviço Social). Universidade de Brasília, Brasília.

QUINTAS , José Silva. **Introdução à Gestão Ambiental Pública**. 2ª ed. revista. – Brasília: Ibama, 2006. 134p.

RODRIGUES, José Eduardo Ramos. O princípio da participação popular. In: LEITE, José Rubens Morato, BELLO FILHO, Ney de Barros. **Direito Ambiental Contemporâneo**. São Paulo: Manole, 2004.

SAUVÉ, Lucie. Uma cartografia das correntes de educação ambiental. In. SATO, Michéle, CARVALHO, Isabel Cristina. **Educação Ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SALGADO, Gustavo Souto Maior, GALINKIN, Maurício. **Reserva da biosfera do cerrado, um patrimônio de Brasília - avaliação dos dez anos de criação da reserva da biosfera do cerrado-DF**. Brasília: Fundação Centro Brasileiro de Referência e Apoio Cultural –CEBRAC/UNESCO, 2004.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. As dimensões da participação cidadã. **Caderno CRH**, n. 26/27, jan./dez. 1997.

PARTE III

PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS

O futuro ainda não está muito claro para mim. Minha trajetória acadêmica na Universidade e minha busca como pessoa humana se materializaram para tratar as questões socioambientais a partir da dimensão da ecologia humana.

Em meu entendimento, a educação é um ato político e transformador, acontece ao longo da vida e em todos os espaços da existência humana. Além disso, precisamos pensar em outro modelo civilizatório e na minha concepção a educação pode colaborar para que possamos buscar novos horizontes. Assim, temos que inovar, sair em busca do novo, enfrentar as incertezas, novos desafios. Um dos meus desafios é entender o princípio da complexidade. Durante a realização desta pesquisa percebi que um educador precisa estar bem conectado com esta teoria.

Por sua vez, as possibilidades de atuação profissional de um pedagogo são bastante amplas. De imediato, retornarei à Estrutural. O Ponto de Memória da Estrutural é um dos 12 que existem no país e o primeiro do Centro-Oeste. Há dois anos, o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), por meio de diversos encontros, ajuda o povo a relembrar e compartilhar sua história com o resto da cidade. O Ponto de Memória da cidade realizará um inventário participativo, este momento vai ser bastante rico, pois irá resgatar histórias de vida da população para o acervo do museu. Por sua vez, também na Estrutural, está sendo implantado um Banco Comunitário, e eu, pessoalmente, quero estar contribuindo para que este projeto tenha sucesso.

Depois, vou continuar estudando. É o que mais gosto de fazer na minha vida.

ANEXO A

PROGRAMA BRASÍLIA SUSTENTÁVEL

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO SANITÁRIA E AMBIENTAL

O Programa de Educação Sanitária e Ambiental é composto por um conjunto de projetos, concebidos no âmbito das intervenções, definidos em função das necessidades prevenir riscos identificados pela avaliação ou mitigar impactos potenciais. Objetiva-se desta forma a inserção da educação sanitária e ambiental enquanto estratégia de implementação dos projetos tendo como eixo central à realidade vivida e experimentada na dimensão do dia -a-dia.

Objetivo geral
Promover a proteção de áreas de preservação ambiental (unidades de conservação, áreas verdes, parques, etc.) e dos recursos hídricos por meio de ações de conscientização sobre as vulnerabilidades ambientais áreas envolvias nos projetos bem como as oportunidades para melhoria da qualidade de vida que as mesmas podem propiciar.
O programa possui três projetos associado as diferentes linhas de intervenção:
· Projeto de valorização da coleta seletiva;
· Projeto de mobilização e educação sanitária para o sistema condominial de esgotos; e
· Projeto de qualificação de agentes ambientais para preservação do PNB.

Sub-programa de qualificação de agentes ambientais para preservação do PNB

Objetivo
Promover a sensibilização ambiental da comunidade da Vila Estrutural para lidar com as fragilidades ambientais da área em função da proximidade com o PNB; orientar a população no uso correto dos recursos ambientais e da infra-estrutura implantada, assim como a sua capacitação para ao desenvolvimento de ações ambientais de preservação de forma autônoma e continuada.
Atividades:
· Disseminação de conceitos sobre proteção ambiental e serviços ambientais de unidades de conservação;
· Criação de um corpo de voluntários com o objetivo de despertar o interesse pelas questões locais e auxiliar nas atividades de proteção ambiental, prevenção de doenças e controle da poluição;
· Seleção e capacitação de agentes ambientais entre os membros da comunidade para trabalhar:
· junto a administração regional e o PNB em projetos de conscientização da população sobre a necessidade de proteção ambiental do PNB; e
· recuperação de áreas degradadas e demais projetos que venham a criar melhores condições ambientais na Vila Estrutural e seu entrono.
· Promover a educação sanitária e ambiental, estimulando a iniciativa para melhorias sanitárias domésticas e de cuidados com o meio ambiente, principalmente em relação à disposição e tratamento do lixo; não ocupação e preservação das áreas de nascentes, grotas, encostas, matas e margens de córregos;
· Incentivar a prática de preservação, manutenção e desenvolvimento das melhorias e investimentos das obras implantadas na comunidade, refletindo a relação entre cidadania e zelo pelos bens coletivos;
· Estabelecer espaços de reflexão sobre as políticas públicas ambientais, habitacionais e educacionais, a partir da realidade local.

· Implantação de trabalho conjunto com a comunidade, de recuperação e conservação das áreas degradadas no interior da Vila e no seu entorno, o que dará origem a um programa de Agentes Ambientais voltado para os jovens, com o objetivo de capacitar pessoas para a educação ambiental dos moradores e auxílio na fiscalização ambiental.

Público-alvo
Moradores da Vila Estrutural em geral; em especial mulheres e jovens envolvidos atividades organizativas de melhoria das condições de vida da Vila Estrutural;

Responsabilidade Institucional: SEMARH em articulação com SEDUH e ADS
Custo Previsto: US 115.000,00 (cento e quinze mil dólares)

Sub-programa de mobilização e educação sanitária para o sistema condominial de esgotos

O sistema de esgotos condominiais será adotado como solução de rede de esgotos nas áreas de intervenção como: Vila Estrutural, Águas Lindas e Vicente Pires. Este sistema vem sendo adotado no DF desde 1991 e hoje 40% da população que dispõe de rede de esgotos, sendo uma solução adotada tanto para áreas de baixa renda como áreas nobres da cidade como o Lago Sul.
A participação comunitária é a base do sistema condominial da CAESB, sendo a mobilização social a estratégia utilizada para informar a comunidade a ser atendida em "condomínios informais" que viabilizarão a implantação e funcionamento do sistema.
O projeto que será adotado nas localidades de Vila Estrutural, Vicente Pires e Águas Lindas seguirá uma metodologia já consagrados no Distrito Federal adaptada as condições de cada lugar e segue os seguintes passos:

· Atividades preliminares: caracterização da comunidade com perfil de organização comunitária e tipologia de habitações, esclarecimentos sobre as regras do projeto;
· Participação comunitária: reuniões com diferentes segmentos da comunidade para discutir as formas de adesão, direitos e deveres;
· Atividades de engenharia: preparar desenho do projeto mais adequado a comunidade;
· Educação sanitária e ambiental; e
· Avaliação.

Ações de mobilização educação sanitária e ambiental
Estão previstas as modalidades de educação sanitária e ambiental formal e informal a serem implantadas de acordo com a disponibilidade e adesão das escolas e até de sua existência nas áreas das intervenções.
Na modalidade formal a parceria com as escolas da área é fundamental. Neste caso se prevê a integração dos conteúdos do projeto às atividades programáticas da escola, num período que deve durar em média de 3 a 4 meses envolvendo todas as turmas com o seguinte temas:

- Sensibilização;
- Resgate da historia da localidade/ comunidade;
- Água - esgoto e lixo;
- Relação saneamento meio ambiente;
- Meio ambiente: conceitos básicos; e
- Atividades programadas de: feira, gincana, exposição etc..

Quando não existe escola na localidade trabalha-se na mobilidade não formal, em espaços alternativos como: igrejas, praças, ruas, casas, por quadra, etc.

Avaliação:
O projeto prevê um sistema de avaliação desenvolvido em duas etapas; num primeiro momento com representantes da comunidade e ao final prevê-se a utilização de questionários aplicados a todas as famílias.

Perfil da equipe de trabalho
As ações de mobilização comunitária e educação sanitária ambiental envolverem habilidades de natureza técnica e social exigindo a participação de equipes multidisciplinares compostas de técnicos, engenheiros, assistentes sociais, pedagogos e auxiliares de nível médio. Esta prevista a contratação de empresa especializada para realização do projeto além da equipe da CAESB.

Responsabilidade Institucional: CAESB
Custo Previsto: US 386.000,00 (trezentos e oitenta e seis mil dólares)

Sub-programa de capacitação de catadores para valorização da coleta seletiva

Objetivos
Capacitação da população envolvida com os serviços de seleção de resíduos no Aterro do Jóquei (catadores de lixo) de modo a agregar valor à sua atividade e melhorar as condições sanitárias do trabalho;

Atividades:
· Identificação da população envolvida com a economia informal da coleta seletiva de resíduos no DF e em especial no Aterro Controlado do Jóquei Clube;
· Apoiar a organização institucional da população de catadores em cooperativas;
· Prestar assistência técnica no sentido de melhorar o desempenho técnico e econômico do processo de coleta desenvolvido pelos catadores;
· Prestar informações sobre prevenção de acidentes e as medidas de redução dos problemas de saúde e minimização dos impactos na paisagem.

Responsabilidade Institucional: BELACAP
Custo Previsto: US 100.000,00 (cem mil dólares)

APÊNDICE A

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FE

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC
Aluna: Terezinha Sant'Ana de Oliveira Costa

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- Para o(a) Sr.(a), quais são os problemas ambientais na Estrutural?
- Para o(a) Sr.(a), o lixão é um problema ambiental? Como lhes afeta?
- O(a) Sr(a) conhece o programa Brasília Sustentável? (PIVE?)
- O(a) Sr(a) participou de alguma reunião realizada em sua quadra residencial para esclarecimentos em relação ao projeto?
- O(a) Sr(a) teve oportunidade de sugerir alterações e ajustes no projeto?
- O(a) Sr(a) procurou o escritório local para esclarecer dúvidas em relação ao projeto?
- O(a) Sr(a) participou de reuniões para definir o projeto urbanístico da Estrutural, manifestando seus desejos e anseios?
- O(a) Sr(a) sabia da existência de uma comissão de moradores para acompanhar o processo de urbanização?
- Na reuniões que o(a) Sr(a) participou houve esclarecimentos sobre as condicionantes do Ibama (Explicar o que é) com relação ao meio ambiente?
- O(a) Sr(a) participou das reuniões para definir remoções e reassentamentos dos moradores?
- O(a) Sr(a) participou das discussões a respeito do desenho das vias, localização de equipamentos e desobstrução de áreas que não poderiam ser ocupadas (áreas com contaminação do solo, vizinhança do córrego e chácara Santa Luzia)?
- O(a) Sr(a) sabia que existem duas ARIEs na Estrutural? O que o sr. estaria disposto a fazer para a preservação destas ARIEs?
- O(a) Sr(a) acha que é importante cuidar do meio ambiente? Por que?
- O que a atual administradora tem feito para melhorar o meio ambiente na Estrutural?
- O que O(a) Sr(a) acha que a administradora deveria fazer para melhorar as coisas na Estrutural?

- O(a) Sr(a) frequenta alguma associação como catadores, carroceiros, feirantes, etc? Caso participe, o que a associação tem feito para ajudá-lo?
- O(a) Sr(a) sabe que existe o Parque Nacional de Brasília? É que faz limite com a Estrutural? Já visitou o PNB? Caso tenha visitado: O que achou? Se a resposta for positiva, o Sr. acha que é importante a preservação deste parque? Caso a pessoa não tenha visitado, pergunte: Por que ainda não visitou.

O que o (a) senhor(a) acha que ainda está faltando na Estrutural?

Informações básicas
Sexo
Idade
Grau de instrução
Onde o(a) senhor(a) trabalha? Há quanto tempo?

APÊNDICE B

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FE

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO – TCC

Aluna: Terezinha Sant'Ana de Oliveira Costa

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a) participante:

Sou estudante do curso de graduação na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. Estou realizando uma pesquisa sob supervisão da Prof. Dra. Rosângela de Azevedo Corrêa, cujo objetivo é analisar o Projeto de Intervenção da Cidade Estrutural, integrante do programa Brasília Sustentável.

Sua participação envolve uma entrevista, que será gravada se assim você permitir.

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo(a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo pesquisador - fone 8500-7918 e 3541-0170.

Atenciosamente

_____ _____

Terezinha S.O. Costa
Matrícula 08/41480

Local e data

_____

Prof. Dra. Rosângela de Azevedo Corrêa - Orientadora

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

_____ _____

Nome e assinatura do participante

Local e data

APÊNDICE C

ASSOCIAÇÕES DA CIDADE ESTRUTURAL

1. Associação Comunitária da Vila Velha Estrutural (ASCOVE)
2. Associação dos Moradores da Estrutural (ASMOES)
3. Prefeitura Comunitária da Estrutural
4. Associação dos Comerciantes (ASCE)
5. Associação dos Quiosqueiros e Treilistas (ASTRECONCE)
6. Associação dos Chacareiros da Cana do Reino (ACHAVARE)
7. Associação dos Feirantes (ASSOFEIRA)
8. Conselho Comunitário e Solidário da Mulher (COMUSE)
9. Conselho Comunitário da Estrutural
10. Cooperativa do Transporte Alternativo (COOPTASVE)
11. Associação Habitacional dos Moradores da Área Especial (AHMAEVE)
12. Conselho de Pastores da Estrutural (COPES)
13. Pastoral da Criança
14. Associação Radiodifusora Voz do Povo
15. Associação dos Oficineiros e Industriais da Estrutural (ASSOFIES)
16. Associação dos Ambientalistas da Vila Estrutural (AMBIENTE)
17. Associação dos Carroceiros do Guará/Estrutural (ASCARGUES)
18. Associação Beneficente Religiosa e Assistencial (ABRAS)
19. Associação de Esportes, Cultura e Lazer (ASSEDESE)
20. Cooperativa de Transportes Alternativos da Estrutural (COOPSTACE)
21. Coordenação Futebolística da Estrutural (FUTEBOL)
22. Associação dos Motociclistas Profissionais (ASMOTO)
23. Creche Marlene Mendes (CMM)
24. Sociedade Desportiva Cristã (SEC)
25. Associação das Costureiras e Artesãos da Estrutural (ACAE).